



## 33ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA

11 de novembro de 2008 – 9 horas

### PAUTA

#### Expediente:

- I. Informe sobre os recursos Créditos Carbono já utilizados pelo FEMA;
- II. Sugestão de inclusões na pauta.

#### Ordem do dia:

- I. Exposição sobre Créditos de Carbono:
  - Engenheiro Químico Antonio Carlos Delbim, Diretor Técnico da BIOGÁS Energia Ambiental;
  - Engenheiro Deodoro Antonio Oliveira Vaz, Departamento de Controle Ambiental, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente;
- II. Deliberação sobre regulamentação dos pedidos de reconsideração e de revisão das decisões do Plenário do CONFEMA;
- III. Análise e deliberação sobre a solicitação de prorrogação de prazo para o projeto Manejo e Conservação do Bugio, da Divisão de Fauna do Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE.

#### Anexos:

- I. Quadro de detalhamento de despesas – Recursos do FEMA Créditos Carbono;
- II. Minuta de Resolução sobre regulamentação dos pedidos de reconsideração e de revisão das decisões do Plenário do CONFEMA;

**Coordenadora Helena Magozo:** Nós estamos dando início à 33ª reunião plenária ordinária do CONFEMA, dia 11 de novembro, aqui na UMAPAZ. Nós vamos começar dando o informe que o Rubens, nosso Secretário Executivo, dará sobre os recursos de crédito de carbono já utilizados pelo FEMA e a perspectiva deles, como é que está a situação dos recursos nesse momento.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Bom dia a todos. Os Conselheiros receberam por e-mail uma planilha com os processos que estão em andamento para a utilização dos recursos de crédito de carbono. Esses processos, alguns já estão em fase de conclusão, outros ainda estão em fase de licitação, então os recursos encontram-se todos reservados, porém, nem todos os projetos foram executados. Para resumir, dos recursos recebidos e já efetivamente empenhados, nós temos, em processos que estão em andamento, que já possuem empenho, cerca de treze milhões, trezentos e vinte mil, que estão empenhados, que são projetos que já estão contratados, mas que estão em desenvolvimento. Tem um saldo de reserva, ainda, são valores reservados que estão em fase de licitação, cinco milhões, quatrocentos e dez mil. E tem, efetivamente liquidados, ou seja, projetos que já foram concluídos ou que estão em andamento, mas que os pagamentos estão sendo feitos à medida que o projeto está sendo desenvolvido, dez milhões e seiscentos mil reais. Na verdade, dos quase trinta milhões que nós tínhamos inicialmente, nós já liquidamos, efetivamente, dez milhões, e tem treze milhões empenhados, ainda em andamento. Então temos vinte e três milhões efetivamente gastos ou já comprometido para o andamento dos projetos. Isso, na verdade, é um bom resultado, tendo em vista que os projetos começaram efetivamente a ser desenvolvidos de maio para cá, porque os recursos só chegaram em março, e a gente teve toda uma burocracia interna, de destinação dos recursos, a montagem dos processos. Esse trabalho foi feito em conjunto com a Secretaria do Verde e a subprefeitura de Perus e Pirituba, e foi um bom resultado a execução desses recursos até o mês de novembro. Os projetos estão em andamento, aquela planilha tem uma descrição de todos os projetos e valores que estão em andamento.



Um outro informe é com relação à execução orçamentária de maneira geral, da prefeitura. Nós tivemos, no final da semana passada, quinta-feira, o congelamento de todos os recursos das dotações que estavam disponíveis. E o que isso implica para o FEMA? Todos os projetos do Edital nº 5, que nós aprovamos e trabalhamos, aqui, em cima deles, várias reuniões, eles dependem de reserva de recurso para que a gente possa fazer a efetiva transferência do recurso para as organizações que tiveram os projetos aprovados. Porém, como os recursos das dotações foram todos congelados, nós ficamos impossibilitados, agora, de firmar os convênios, efetivamente, porque a gente vai depender ou do descongelamento ou de suplementação de recursos, no caso da pauta, para efetivar os convênios. Qual é a possibilidade que nós temos? Como existem alguns projetos dos Editais 3 e 4 que estavam em fase de assinatura, mas que por conta do decreto e da portaria que regulamentou os convênios, eles atrasaram, então eu tenho uma sobrinha de recursos que já estavam reservados. Eu vou ter que fazer o cancelamento desses recursos e transferir essa sobra para o Edital nº 5. Então, alguns projetos talvez a gente consiga ainda assinar esse ano, por conta dessa sobra de recursos dos Editais 3 e 4, e outros, possivelmente, vão ter que ficar para o início do próximo exercício financeiro. Então era só para posicionar, que se eventualmente a gente não conseguir firmar todos os convênios ainda esse ano, é por conta da gestão orçamentária, mesmo, que independe da Secretaria do Verde. É uma coisa que é instituída para toda a prefeitura.

**Coordenadora Helena Magozo:** Sugestão de inclusões na pauta? Então nós vamos começar a ordem do dia pela exposição sobre créditos de carbono, que será feita pelo engenheiro químico Antonio Carlos Delbim, diretor técnico da Biogás Energia Ambiental, e pelo engenheiro Deodoro Antonio Oliveira Vaz, do Departamento de Controle Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio-Ambiente. É mais ou menos a apresentação audiência que foi feita quando da audiência pública, dos créditos de carbono de São Mateus, na subprefeitura de São Mateus. Eu pediria que o Deodoro iniciasse a apresentação e, depois, os profissionais da Biogás.

**Deodoro Oliveira - DECONT:** Bom dia a todos, eu sou Deodoro, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, e acompanhava o contrato do aterro São João da Biogás. E pediram que eu fizesse essa apresentação sobre créditos de carbono, que é um assunto muito complexo, têm pessoas aqui na platéia que conhecem o assunto, e sabem que realmente, é complexo, me pediram para eu fazer essa apresentação em 15 minutos. É a mesma que eu apresentei lá na audiência pública. Em 15 minutos, eu tive que espremer muito, praticamente, o pessoal não entendeu, eu imagino que não entendeu, porque são muitos detalhes. Eu tentei montar um histórico, trazendo desde junho de 1972, para a gente conseguir acompanhar o que aconteceu no mundo, a questão ambiental, a questão dos gases, de efeito estufa, lançados na atmosfera, principalmente, pelo desenvolvimento industrial, pela coisa dos automóveis e tal. E esses gases acabaram causando uma camada e essa camada, ela permite a entrada do sol, mas atrapaalha o reflexo, quando ele bate na Terra e retorna. Então aumenta o calor no planeta. Em junho de 72, teve a reunião de Estocolmo, na Suécia, que foi o primeiro presságio do Protocolo de Kyoto, que acabou... Nós vivemos em um planeta que é uma grande aeronave e leva milhões de passageiros, e a maior parte desses passageiros têm a pior classe. Uma pequena parte, que é o pessoal que têm mais poder aquisitivo, acaba assumindo a melhor parte da nave. Em 79 teve o início do funcionamento do aterro sanitário Bandeirantes, que fica em um ponto estratégico, que é o entroncamento da rodovia dos Bandeirantes com o Rodoanel. Ele ocupa uma área de 140 hectares, e já tem lá... já tem não, está encerrado, não sei se aquele projeto vai para frente, que era de ampliação, mas por enquanto, ele tem trinta e cinco milhões de toneladas de resíduos depositados. Fica no bairro de Perus. Isso aí já gerou coisa de dois milhões de créditos de carbono, no total. Metade desses dois milhões de crédito de carbono é



da prefeitura, e esse valor vai para o FEMA e é investido nos arredores, para recuperação ambiental. Como eu estou vindo em uma condição cronológica, em 89 iniciou a coleta seletiva em São Paulo. Foi o primeiro ensaio de coleta seletiva, em 89. Em 92 teve a reunião Rio 92, que vários países participaram, e aí, se reforçou a coisa de que se precisava fazer um pacto no mundo para resolver a questão da poluição, que estava comprometendo ou iria comprometer, os ecossistemas do planeta. No Rio, em 92, foi o mais forte presságio do Protocolo de Kyoto. Tem um texto grande aí, que seria até interessante eu deixar à disposição a apresentação, que é uma leitura mais amigável. Teve também a condição da Agenda 21, que foi discutida, que era, cada um tomando conta do seu pedaço e ter mais atitude nas atividades ambientais, cada um cuidando do seu pedaço. Aí eu tenho uma explicação mais ou menos, do que é o aquecimento global, aquilo que eu falei no início, entrada do sol, que antes eu tinha uma camada muito tênue de gases, e saía a maior parte do calor, e a Terra... só que nós dependemos também desse calor. A gente precisa de uma temperatura no planeta, para a nossa sobrevivência. Só que nós precisamos de uma faixa de temperatura, e quando essa faixa sobe muito, acaba atrapalhando o desenvolvimento dos ecossistemas. E com o aumento da espessura dessa placa, com o aumento da espessura dessa camada de gases de efeito estufa, a saída fica menor do calor acaba concentrando mais no planeta. Aí, acaba cometendo esses problemas, das calotas polares, do derretimento precoce, e atrapalhando a sobrevivência de alguns seres. Porque cada um tem uma faixa de temperatura. O importante é colocar também, que o CO<sub>2</sub>, que nós aprendemos no segundo grau, faz parte da nossa respiração, tal, que a gente aspira o oxigênio e expira o CO<sub>2</sub>. O CO<sub>2</sub> também é um gás de efeito estufa. Só que têm gases que são mais comprometedores do efeito estufa, do que o CO<sub>2</sub>. O metano, que a gente retira do aterro sanitário, ele é 21 vezes mais propiciador do efeito estufa, do que o CO<sub>2</sub>. E o CO<sub>2</sub> ficou como base, baseado no CO<sub>2</sub>, os outros gases são contabilizados, o quanto eles são mais precursores do efeito estufa ou menos precursores do efeito estufa. Mas o CO<sub>2</sub> é considerado o menor. Existem gases com maior potencial de causar o efeito estufa. Mas o que trabalhamos aqui, em São Paulo, são os dois mecanismos de desenvolvimento limpo, dois MDLs implantados, que é no aterro Bandeirantes e no aterro São João. Esses são os gases, tem o dióxido de carbono, óxido nitroso, metano, clorofluorcarbonetos, hidrofluorcarbonetos, perfluorcarbonetos, hexafluoreto de enxofre. Esses são os gases que o Protocolo de Kyoto contabiliza créditos de carbono, para quem contiver esses gases, a serem exalados pela atmosfera. Aí, uma idéia de por que precisamos da atmosfera, eu tentei fazer algo assim, simples, porque a platéia tinha vários níveis, então a gente tentou fazer o mais explicado possível, só que o tempo foi muito curto, e é preciso se fazer uma leitura para entender melhor. Uma lembrança que eu fiz, que existe também o Protocolo de Montreal. É diferente do Protocolo de Kyoto. O Protocolo de Montreal cuida da camada de ozônio, e não do efeito estufa. Então são dois protocolos distintos e dois assuntos distintos. Esse é o aterro sanitário do Sítio São João, do lado, mais à direita, mais embaixo ali, você tem o Sítio Floresta, e daqui para cá é o Sítio São João. O aterro sanitário é de 1992, e nessa época, se tinham sete endereços para se escolher onde implantar aterro sanitário em São Paulo. Na década de 90, começo de 90, tinha-se essa idéia e escolheu-se o Sítio São João. O Sítio Floresta também era um dos endereços. Que é a área aqui em frente, e onde está sendo aprovado um novo projeto de aterro sanitário. E desses sete endereços, o São João foi ocupado, e o Sítio Floresta foi o que sobrou desses sete endereços, inclusive um deles é uma Pedreira que tem na divisa com Guarulhos, que está sendo usado particularmente, por um outro aterro. É o CDR Pedreira. Também era uma das áreas que estavam em condição de se implantar aterro. Como não se cuidou das outras, as outras tiveram outros usos, e acabou sobrando apenas essa área. Apesar do pessoal na audiência, ter discutido essa questão: "Por que mais lixo em São



Mateus, e tal?”. Mas é essa a situação. Foi a área que restou. Inclusive hoje, nós já estamos exportando lixo para o município de Caieiras. E, exportando esse lixo, estamos exportando também os eventuais créditos de carbono, que poderiam advir dele. O aterro sanitário implantou uma coleta do gás gerado pela decomposição da matéria orgânica, a matéria orgânica presente no lixo. Essa matéria orgânica de composição anaeróbia, ela acaba gerando... a matéria orgânica em si, não, mas os microorganismos que fazem a decomposição dela, pelo metabolismo deles, acabam gerando o gás metano. Dentre outros, o gás metano é um dos mais importantes, pelo potencial energético dele, ele acaba sendo o mais importante. Mas existem outros gases, entre o CO<sub>2</sub> e o metano, são os dois principais gases que são liberados por esses microorganismos. E aí, tudo isso aconteceu em 1995. Aqui, a gente tem uma idéia, eu quis representar com essa foto, como eu precisava ser rápido, simples, e tal, mais ou menos esse texto fala da condição geográfica da cidade de São Paulo, e aí tem uma foto do Anhangabaú, para o pessoal ter idéia da população que ocupa a cidade. Que é mais ou menos assim: essas letras, nessa foto, representam mais ou menos como é que a população se distribui na cidade, que está com, praticamente, onze milhões de habitantes. Isso, fixos. Fora o pessoal que vêm dos trinta e nove municípios vizinhos, até de outras áreas metropolitanas, como Campinas, como Santos, vêm trabalhar, vêm estudar em São Paulo. E aí, problemas mil. A questão do trânsito, a questão dos veículos, tudo isso, além dos veículos que estão licenciados em São Paulo, têm veículos de outros municípios que também fazem parte. Em 1993, foi criada a nossa Secretaria, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, ela é jovem, tem aí já, quinze anos, está debutando. Em 1995, iniciou-se a pesquisa, iniciou-se os estudos para saber como resolver o problema desses gases. O Protocolo de Kyoto é de 1997, mas em 95 já se pensava: “Pôxa, mas nós temos lá o aterro, com várias tochas queimando, aquilo lá é energia, que estamos jogando fora. O que podemos fazer com isso?”. A idéia, naquele momento, era: “Por que não podemos transformar energia elétrica e, de repente, pegar todo o consumo da prefeitura, e absorver, trocar?” “Ó, nós produzimos energia elétrica, jogamos para a Eletropaulo, e aí, a Eletropaulo paga nossas contas”. Fica tudo certo. Essa foi a idéia inicial. Feito os estudos, tal, de quanto cada aterro tinha de potencial de gás, que podia ser explorado, tal, colocou-se em licitação todos os aterros da cidade, inclusive os que já estavam encerrados, ou onde iam encerrar, para que fossem aproveitados esses gases. Mas nesse contrato, ou nessa licitação, só houve interesse por dois aterros: o aterro São João e o aterro Bandeirantes, que eram os que estavam vigentes, os que estavam com potencial ainda, por alguns anos de funcionamento. A geração do gás é de acordo com a decomposição da matéria orgânica. A partir do momento que essa matéria orgânica se decompõe, não gera mais gás. Então havia interesse de pegar o que ainda tinha lixo novo para ser depositado, tal. No fim, apenas esses dois aterros, tiveram interesse, o Bandeirantes e o São João, para se implantar o MDL. Mas em 95 não existia ainda o Protocolo de Kyoto, que apareceu em 97. Na verdade, o protocolo apareceu em 97, mas só foi ratificado em 2004, quando a Rússia entrou e compôs mais de 55% dos países responsáveis pela poluição. Aí que ele passou a valer, mesmo. Esse contrato dessa licitação, foi assinado no ano de 2000. E aí, ainda não tinha o Protocolo de Kyoto, definido. Foi feito, depois, um aditamento nesse contrato, para incluir o crédito de carbono na situação. Então, o projeto se transformou num Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o MDL, e a partir daí, foi feita uma provação, tanto Municipal, Estadual, Federal, Internacional, para que o projeto tivesse validade lá na UNFCCC, o órgão da ONU que cuida dos créditos de carbono, e a partir daí, começou-se a contabilizar os créditos de carbono, com auditoria da ONU, o pessoal vem verificar se realmente foi queimado adequadamente os gases e tal, a coisa funcionou assim. Aí a explicação do Protocolo de Kyoto, que em 2004 ele foi ratificado, e os países que compuseram 55% dos países, com inventário de 1990, que eram



predominantes na poluição do planeta, compuseram o anexo 1 do Protocolo de Kyoto, e todo mundo fala: “ah, é do anexo 1 ou não é do anexo 1?”. O Brasil não está no Anexo 1. Então ele serviu para investimento desse país, que talvez não conseguisse cumprir os seus compromissos, de atingir 5% abaixo do que foi inventariado em 1990, dos gases produzidos. Todos se desenvolveram e começaram a produzir, partiram a produzir mais gases do que produziam em 1990. Para chegar nesse patamar, 5% abaixo daquele inventariado em 1990, surgiu... (incompreensível) isso, podemos trocar entre nós, quem tem mais passa um para o outro, que é o JI, ou podemos investir nos países do não-anexo 1. O Brasil não-anexo 1, pode receber esse investimento. Parece que no Rio de Janeiro, em Nova Gerar, foi o primeiro aterro a ser licenciado na ONU para esse fim, de MDL. Mas São Paulo, logo em seguida licenciou o seu, e é o maior do mundo, em produção. Na verdade, São Paulo faz a captação dos gases... Aí o contrato 18 é do aterro Bandeirantes, que começou a funcionar apenas em 2003, dezembro de 2003. Teve todo esse processo de aprovação do projeto, em 2003 que ele começou, realmente, a funcionar. Em 2004, é aquele aditivo que eu comentei, que foi feito nos contratos, com o aparecimento, com a ratificação do Protocolo de Kyoto, então foi inserido nos contratos a condição do crédito de carbono, com a divisão de 50% para a prefeitura, 50% para o investidor. Nesse ano, também teve a divisão dos resíduos em São Paulo. Essa parte azul é a parte noroeste da cidade, que foi dividida, e quem cuida é a LOGA, na coleta e tratamento dos resíduos. Você vê que Caieiras está na divisa de São Paulo, mas está lá em cima. É um município vizinho, próximo ao Bandeirantes. O São João é cuidado pela ECOURBS, e toda essa faixa verde, aqui, é a área que a ECOURBS ficou cuidando da limpeza urbana. Essas são as unidades, o aterro sanitário São João, o transbordo Santo Amaro, transbordo Vergueiro, e as unidades da ECOURBS, que são cuidadas, além da coleta domiciliar. Aqui, é uma foto da situação da usina de São Mateus, que faz a captação dos gases São Mateus/São João, que faz a captação dos gases do aterro São João, e iniciou a funcionar em 5 de junho de 2007. Iniciou com dois queimadores, que são aquelas tochas do lado do prédio ali, que são em número de três, na época que iniciou tinham duas. E aí deu seqüência na obra, que hoje já está com essa situação, já tem um prédio, onde estão os motores que recebem os gases, e esses motores, um conjunto moto-gerador, motor acionado a gás, acaba transformando em energia elétrica. Essa energia elétrica é distribuída para a Eletropaulo, e da Eletropaulo, é distribuída. E a empresa troca isso em valores. Mas o contrato ficou na seguinte condição: a empresa faz todo o investimento, e a prefeitura tem os 50% do crédito de carbono. Muita gente discute essa divisão, mas foi o que melhor se teve na época como decisão: “olha, vai ser assim”. E a prefeitura não fez nenhum investimento e está recebendo esses créditos de carbono como pagamento da área. Eles pagam também uma taxa pelo uso da área. Tanto o uso da área para a exploração do gás, como o uso da área para geração de energia. É assim que funciona o contrato. Aqui, já é um final, que fala do leilão virtual, que houve em 25/09. Esse fundo aí, é a tela do computador, porque todo mundo poderia acompanhar, se quisesse. O leilão que aconteceu na Bolsa de Mercados e Futuros, que hoje tem coligação com a Bovespa, BMF Bovespa, e a prefeitura arrecadou 3,7 milhões de euros. E esse valor, como tem a variação da moeda, inclusive teve uma mudança nas moedas, no dólar, principalmente, não sei o euro como é que foi, teve alteração. Essa é a situação lá do aterro. Muito obrigado. Estamos abertos para os questionamentos. O assunto é bastante complexo, mas eu estou à disposição para o esclarecimento necessário.

**Coordenadora Helena Magozo:** Obrigada. Nós vamos chamar a BIOGÁS para a apresentação, depois as questões a gente faz conjuntamente. O que eu acho importante, é como a gente está inserido em uma questão global. A gente está discutindo um projeto em Perus e em um contexto global, mesmo. Em todos os sentidos.



**Antonio Carlos Delbim - BIOGÁS:** Bom dia a todos. Eu sou Antonio Carlos Delbim, sou diretor técnico da BIOGÁS. A BIOGÁS foi a empresa que venceu a licitação da primeira concorrência do aterro Bandeirantes. Essas aí são só reflexões que a gente faz nas apresentações. O fundo, a educação é o ponto primordial, onde você pode estabelecer novos padrões de conhecimento. Padrões para comparar coisas iguais. Nós podemos comparar o lixão com o aterro sanitário, como podemos comparar o aterro sanitário como uma gestão integrada de resíduos sólidos. A BIOGÁS é composta por três empresas, é uma Sociedade Anônima, a Heleno Fonseca, que tem dentro da sua estrutura a expertise da operação, manutenção de aterros sanitários, a Arcades Logus e Energia, que tem dentro da sua expertise toda gestão, gerenciamento de empreendimentos, e a Vandervil, que é a empresa que trouxe, para nós, a tecnologia de extração de gás, e geração de energia elétrica. As três empresas, a Arcades Logus e Energia, 50% holandesa, e a Vandervil, 100% holandesa. Isso dá à BIOGÁS, 50% do capital nacional e 50% estrangeiro. A BIOGÁS, hoje, possui três empreendimentos: o aterro Bandeirantes, que originou a empresa; o aterro São João. Todas as duas concessões foram estartadas no mesmo período, porém, a São João não conseguiu fazer os investimentos necessários para poder fazer a sua implantação. Então a BIOGÁS comprou a concessão da São João Ambiental, que na época era da Qualix, nós compramos em final de 2004, aí aguardamos todos os trâmites legais e internos para fazer a homologação dessa concessão. E a partir desses trâmites legais, fizemos as certificações necessárias ao projeto, e iniciamos a implantação. E hoje, já estamos com ela 100% operando. No ano passado, nós vencemos a licitação no aterro Gramacho, que são os resíduos sólidos gerados na grande Rio, onde nós temos 50% do consórcio Novo Gramacho, sendo os outros 50% da SA Paulista, e da J Malucelli. Como o Deodoro já comentou, tudo começa em 96, quando a prefeitura contrata a EPA para fazer um estudo e avaliar o potencial energético dos seus aterros. Isso gerou um relatório, esse relatório foi que embasou os editais de concorrência pública. Naquele momento, os estudos que a EPA fez, geraram esses percentuais. O Bandeirantes tinha um potencial de 13 megawatts, o São João de 8, o Santo Amaro 6,5, Vila Albertina 4.1. Os editais foram para a praça e o Bandeirantes e o São João tiveram o seu resultado positivo. Os projetos São João e Bandeirantes têm a concessão de 15 anos, renováveis por mais 15, o poder concedente é a Secretaria do Verde, São Paulo, através da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e a remuneração dele se dá através do pagamento de uma taxa, que hoje, acho que dá em torno de quinze mil reais cada um dos aterros, e mais o repasse dos 50% de crédito de carbono que têm um valor bastante significativo. Os aterros Bandeirantes e São João agrupam uma população de mais ou menos doze milhões de habitantes. O município de São Paulo através das concessões da ECOURBS e Loga, tiveram início em 79 o Bandeirantes, em 93 o São João, e os fechamentos foram em março de 2007, o Bandeirantes, e deve ser em março de 2009, o São João. Ambos recebiam mais ou menos dois milhões de toneladas por dia, e isso dá mais ou menos, 55 milhões de resíduos depositados, mais ou menos, nessa configuração: 65% domiciliar, 10% entulho e 20% outro. Aí nós temos uma foto aérea do aterro Bandeirantes, onde eu chamo a atenção dos senhores para essa faixa, que seria prevista no projeto, que é uma faixa de proteção ambiental. Mas infelizmente, nós tivemos, na instalação da usina, uma invasão dessa área, que hoje tem trazido problemas bastante sérios porque a população não deveria estar ali, hoje está. Nós temos problema com ruído, então nós estamos tentando resolver esse assunto. Já esse é o aterro São João, nós temos uma condição um pouco mais favorável em relação à localização, embora já estejamos vendo, por aqui, áreas de invasão e populações instaladas aí. Esse é o aterro Novo Gramacho, foi feito na década de 70, e depois foi recuperado na década de 90. Aqui, nós vemos Duque de Caxias. Aí, os senhores tem uma configuração básica do aterro, o que é um aterro sanitário? O aterro sanitário, ele é um buraco,



onde você faz uma impermeabilização com uma manta de PAD, e ele possui drenos horizontais, e drenos verticais, por onde você tem a movimentação dos fluidos. Os líquidos descem e os gases sobem. Essa aqui é uma foto do Bandeirantes, onde você tinha as saídas ou drenos de gás, por onde o gás era expelido para a atmosfera. O que a BIOGÁS fez? Foi lá, removeu essa cabeça por onde saía o gás, instalou um tubo, impermeabilizou e começou a succionar esses gases que estavam antigamente sendo lançados para a atmosfera, foram capturados, são processados e mandados para a geração de energia. (Para o Protocolo de Kyoto independe de como você destrói o gás. Importante é que você o destrói. O que nós temos, é que em uma gestão mais elaborada do projeto, nós geramos energia elétrica também. Com isso, o projeto tem uma segunda fonte de renda, que não só os créditos de carbono). Agora, nenhum dos dois é auto-suficiente. Por isso que o projeto tem o chamado adicionalidade. Ou seja, sem os créditos de carbono, a geração pura e simples de energia elétrica não seria suficiente, e sem energia elétrica, possivelmente, o aterro também não seria suficiente você transferir 50% dos recursos ao município e gerar as obras que foram geradas. Então essa é a adicionalidade que nós conhecemos do projeto. Aí, é uma foto ilustrativa, um corte genérico do aterro, você tem as camadas de lixo, os drenos horizontais e os drenos verticais. O gás caminha pelo mais fácil, os líquidos descem, a parte de líquidos é bombeada para uma lagoa-depósito e dessa lagoa para os caminhões, onde vão para tratamento nas estações da SABESP, um tratamento por lodos ativados, a nível secundário. A remoção da carga orgânica desse chorume, na estação de Barueri, gira em torno de 95%. Então esse era o panorama do aterro Bandeirantes, você tinha duzentos e oitenta pontos, mais ou menos, de tochas queimando, quem passou lá há uns cinco, seis anos atrás, parecia um bolo de aniversário. E essa é a configuração que ficou. Em 2003, a BIOGÁS contrata a Vandervil para fazer um reestudo do potencial energético, porque aquele estudo foi feito em 96, já estava desatualizado, em função de novos dados. A Vandervil instalou um equipamento e simulou, em alguns postos, a condição, a vasão de produção. Com esse estudo gerou um novo relatório de potencial de energia elétrica. E aí, chega que lá tem capacidade para instalar uma usina de 20 megawatts. Apresentado esse estudo, a BIOGÁS propõe à Vandervil fazer parte da sociedade da empresa, em função dos riscos do empreendimento dar certo ou não, em função, principalmente, do tamanho do ineditismo do projeto. Então isso gerou esse projeto, onde você tinha, cada pontinho preto desse aqui era um ponto que estava queimando. Então foi feita toda conexão disso aí, são 60 quilômetros de rede, 280 postos de monitoramento. Aqui, o aterro Bandeirantes é o S 1, 2, 3, 4 e 5. A última fase, que são exatamente a fase 4 e 5, é onde a gente faz a captação e a maioria dos poços. Essa parte aqui, é a parte mais antiga, nós devemos ter só uns 15 postos. Mas aqui nós temos quase a totalidade. Isso são as seqüências, lá no início, era a condição original, onde eram as tochas queimando, a gente faz a remoção, a recuperação, do poço, a instalação do cabeçote, depois, o fechamento e a vedação, e aquilo que nós vimos. Esse cabeçote é ligado num coletor, que é onde eu faço o monitoramento. Então eu tenho 280 pontos onde eu faço o controle do gás que sai. Por que eu tenho que fazer esse controle? Se eu estivesse só destruindo, não haveria tanta importância, mas como eu gero energia, a qualidade desse gás é de fundamental importância para a regularidade do processo. Variações bruscas na condição do metano, ele gera o desligamento total da usina. Então isso traz, para a BIOGÁS, uma condição de ter duas equipes, uma monitorando e uma fazendo manutenção. Para que as condições sejam as mais favoráveis possível. Aí esse é o layout, todo aquele gás que é coletado, chega na usina, ele é succionado pelos sopradores, nessa sucção ele passa por um trocador de calor, onde o gás é refrigerado, de trinta para quinze graus. Esses quinze graus é mais ou menos um ponto de orvalho, ou seja, o gás a trinta graus, que bate numa superfície gelada, ele se condensa. Então eu removo a umidade, removo alguns voláteis também



prejudiciais ao processo, e tóxicos, esse gás mais seco e mais limpo, vai para os motores e vai aumentar a vida útil dos motores. O excesso de gás é queimado nos flairs. O interessante é que todo esse processo tem que ser monitorado 24 horas por dia, para dar credibilidade aos resultados que são apresentados nos relatórios. Por quê? Porque eu digo para a ONU, e aí o Eduardo, depois, vai falar um pouco para vocês, como é que é toda essa metodologia. Como é que controla isso? Tudo isso aqui gera um relatório. Esse relatório vai para a ONU, depois de passar por várias auditorias internacionais, ele ratifica esse relatório, e a ONU fala: "Olha, realmente, você destruiu X toneladas de metano, que viraram X toneladas de crédito de carbono. Que vieram a trazer tais benefícios ao aquecimento global". E é esse relatório que é vendido, são esses créditos que são vendidos. Aí, são um fluxograma do processo, o aterro, os sopradores, trocador de calor, geração de energia, flairs, e o despacho em rede, e os equipamentos, aqui, eles são compostos. Então nós temos a chegada do gás, os sopradores que succionam o gás, o sistema de refrigeração, que é um chiller, e refrigera, os motores que geram, a energia é despachada na estação de transferência da Eco Perus, e o excesso é queimado no flairs. Aí, nós temos a usina de geração. Aqui, é uma parceria com o Unibanco, ou seja, também foi uma outra gestão, para que pudesse viabilizar o negócio. Por que você vai fazer um investimento de cinquenta milhões de reais, para instalar 20 megawatts? Toda tributação, nós tivemos que fazer, o Unibanco gerar essa energia, para que ele pudesse ser um auto-produtor, pagar suas contas de energia com a energia gerada lá, e o excedente vender no mercado livre. Todo esse arranjo institucional que permitiu dar o equilíbrio econômico-financeiro para o projeto. E aí você entende por que o São João não conseguiu decolar? Porque não conseguiu juntar todas essas variáveis e o projeto ser viável. Isso gerou o nosso staff só para fazer o controle e monitoramento. E aqui, eu queria chamar atenção especial, porque toda a mão-de-obra do Bandeirantes foi gerada lá mesmo. Hoje, nós temos dois gerentes, temos quatro supervisores, temos dois feitores, foram todos eles treinados e gerados. Começamos como estagiários, começamos com estagiário de engenharia química, engenharia ambiental, e foram treinados e formados lá, que geraram mão-de-obra especializada para o São João, e estão sendo geradas mãos-de-obra especializadas para o Gramacho, agora. Por quê? Porque não existia, naquele momento, pessoal que pudesse fazer. Você tinha o pessoal da Vandervil, que chegou para fazer os testes de monitoramento, mas para fazer monitoramento em campo, não tinha. Tudo isso foi desenvolvido no local. Esses são os aparelhos que fazem os controles. Aqui, os senhores podem ver onde são medidos o teor de metano, teor de CO<sub>2</sub>, teor de O<sub>2</sub>, aqui eu meço vazão, aqui eu meço temperatura e pressão. Todo monitoramento gera ordens de serviço para manutenção no sistema de captação. Também, nós temos a equipe que tem um caminhão, uma retro, máquinas de solda, compactadores, escavadores, que é onde a gente faz toda a manutenção, para que o sistema... Aqui, nós estamos trabalhando, gente, com 280 aspiradores de pó, succionando. Então qualquer rasgadura nessa tubulação entra ar. Entra ar, desliga a usina. Então isso tem que ter uma metodologia, um controle muito apurado e muito rigoroso. Aqui, é o que eu tinha contado para os senhores. Todo o sistema é monitorado eletronicamente, por quê? Porque na auditoria que vem, o cidadão vai lá e pega: "Quanto você gerou de metano naquele dia?". "Eu gerei..." Então todo o material gerado, ele tem que ser registrado eletronicamente, para dar, exatamente, a confiabilidade que o pessoal quer. Então quando a ONU recebe um relatório, tudo o que gerou aquele relatório, já foi dado uma consistência. Outra coisa fundamental, o Bandeirantes não é nenhum caso existente no mundo. Aliás, eu acho que até hoje não é, ainda. Então nós tivemos que trabalhar nele completamente diferente daquilo que foi visto no projeto. Ou seja quem ditou as normas e procedimentos do aterro foi o próprio aterro. Então nós fomos mudando a concepção do projeto e determinando novas condições. Condições de avaliação de





fugas, condições de trincas, condições de estabilidade. Em função da quantidade de lixo depositado, você tem uma curva teórica de produção de gás. O quanto você consegue chegar próximo da perfeição, é o que nós pretendemos fazer. Inclusive, nós fomos convidados, abril do ano passado, teve um workshop no Banco Mundial, em Washington, por quê? Porque o Bandeirantes, bem como o São João, são projetos, cujos resultados estão próximos do que foi previsto, e o previsto está muito próximo da teoria. Então nós temos hoje, uma eficiência de cerca de 80%. E os outros projetos têm eficiência de 7, 12, 30. Outros tiveram eficiência de 500%, ou seja, foi feita uma avaliação muito abaixo daquilo que era previsto, e nós fomos lá, exatamente, explicar o porquê que nós chegamos a essas condições. Desde a fase de avaliação, onde procuramos ter valores bastante coerentes, bastante conservadores, e na fase de aplicação onde nós temos toda uma equipe direcionada para isso. Aí, nós temos um panorama de como é que foi, desde 2004, janeiro de 2004, nós começamos a produção com três mil metros cúbicos por hora, chegamos... isso, aqui, é metano, sete mil de metano. Você tem variações, em função da operação no aterro, conforme você desligava e ligava após. E aqui, em função das condições do tempo. Ou seja, o Bandeirantes tem uma influência muito grande do seu material de cobertura. Então quando você tem um ressecamento da cobertura, a porosidade aumenta, a eficiência cai. Quando você tem chuvas, a pressão atmosférica aumenta, então você comprime aquele gás para dentro mais do aterro, ele começa a recaptar mais. A linha azul é o contratual com o Unibanco, é quanto eu tenho que fornecer de metano para poder gerar os 20 mega. Então tudo o que passou daqui, foi queimado em flair. E tudo que não chegou aqui, eu fui penalizado com multa. Então nossa vida não é fácil.

**Conselheiro Sergio Costa:** E você não pode molhar o aterro?

**Antonio Carlos Delbim - BIOGÁS:** Nós estamos falando de uma área de cento e quarenta hectares e de difícil acesso. Então você tem que trabalhar com o fator custo-benefício. E essa prática, em princípio, se mostrou economicamente inviável, pelas duas questões. Nós fomos desenvolvendo vários tipos de sistemas de melhoria. Cobertura, para identificar qual que era a vazão. Então quando nós fizemos os testes, emissões fugitivas, os valores verificados aqui, coincidiam com a falta para atingir o máximo teórico. Também descobrimos situações de dilatação térmica. Por quê? Nós temos temperatura, às 3 horas da tarde, no sol, os tubos de PAD chegam a 60 graus. Nós temos temperaturas no outono nosso, onde você tem seis, sete graus à noite, e 60 graus durante o dia. Então o curso em dilatação, é uma loucura aquilo lá. Desenvolvemos novos tipos de adequação. Por quê? Isso aqui eram poços que, naturalmente, o pessoal mandava esperar encerrar aterro. Mas você tinha gás produzido aqui. Então nós fazíamos uma adaptação provisória, quando vinha o aterro, se removía essa manta, continuava o aterro. Então tudo isso deu para o Bandeirantes uma performance melhor, porque a gente foi mudando o projeto em função das necessidades. Descobrimos ao apagar no método convencional, que era lavar, você destruía o PDE. Então passamos a fazer por abafamento, e com isso tínhamos mais eficiência. Coletores foram projetados para 18 pés, nós fazíamos coletores menores, com cinco, seis, que permitiam otimizar mais a rede. Aí é só uma... depois eu vou deixar esses dados aí para os senhores, mas são as... cada período desse foi um período de auditoria. Cada um desse é um relatório, de janeiro de 2004 a fevereiro de 2006, março 2006, setembro 2006, e assim por diante, do Bandeirantes, do São João, os que foram parte dos leilões, aonde nós temos um total de três milhões de toneladas, geradas nos dois projetos, sendo o Bandeirantes dois milhões e setecentos mais ou menos, e o São João trezentas mil, que já foram certificadas. Aí, é só para a gente fazer umas comparações entre os projetos do mundo, e a gente percebe que no Brasil, 80% dos créditos emitidos são dos dois projetos. No mundo, nós somos 66%. Então os nossos dois projetos são bastante representativos em relação ao mundo. E nossos aterros não representam 66% do lixo do mundo. Então essa é a diferença.



Quer dizer, nós temos que enaltecer, e eu gostaria de chamar um parêntese à prefeitura de São Paulo, porque a decisão dela, as pessoas podem questionar se o negócio podia ter sido melhor, ou podia ter sido pior. Mas ela fez. E com isso, nós temos situações de projetos que estão na mesma condição daqui, que faz cinco anos que não saíram do papel. E eu, com certeza, durante esses cinco anos, os gases gerados nesses aterros, nunca mais você vai conseguir capturá-los. Isso porque já foram lançados à atmosfera, já criaram seu dano, não podem mais ser negociados. Então a importância que deve se reconhecer ao trabalho das administrações que antecederam, para que pudéssemos estar nessa condição que estamos hoje. Isso é só para os senhores terem uma idéia, as variações de preço. Quer dizer, cada vez que você gera um relatório, vai faltar crédito de carbono, sobe. Vai sobrar crédito de carbono, desce. Então você percebe que para quem comprou aqui, comprou mal. Para quem vendeu aqui, vendeu bem. Para quem comprou aqui, comprou bem. Para quem vendeu aqui, vendeu bem. Isso traz ainda, um mercado bastante volátil. Felizmente para a prefeitura, os dois pontos de venda dela, foram os dois picos de maior preço. A prefeitura teve uma performance muito boa na venda dos seus créditos. Também, pela transparência que foi feita e pela eficiência que foi feita. Isso aí é só para os senhores terem uma noção, os aterros sanitários, antes, tinham simplesmente uma visão de engenharia. Quer dizer, você tem um aterro, o aterro produz um biogás, que é emitido, e ele é só controlado. A partir do momento que você passa a ter novas receitas, receita de venda de energia e de crédito de carbono, isso vai trazer para você um custo do empreendimento, que a gente chamou de um custo Y, de X reais por tonelada de lixo. Coletado, depositado. Você tinha x reais por tonelada de lixo coletado e depositado lá atrás. Então conseqüentemente, quando você tem uma nova visão de gestão desse lixo, conseqüentemente o preço que o município vai pagar por esse lixo, deve ser menor do que o preço que ele pagava lá em cima. Aqui, eu gostaria de chamar uma atenção muito interessante, esse sistema que a prefeitura adotou, primeiro, nós, da BIOGÁS, sempre tivemos uma preocupação em ter uma transparência muito grande de nosso projeto, principalmente com a população do entorno. O Lajinha que está aqui, deve se lembrar disso. Em 2004, a gente teve várias reuniões. Toda vez que a população do entorno nos solicitou para poder explicar o que era, como é que fazia, como é que cobrava, quanto é que valia, a gente sempre foi muito transparente. Falou: "Olha, o preço é tanto, o potencial de receita aqui é tanto, vai vender, então vamos correr atrás, para a gente poder gestionar isso melhor". Foi um período bastante conturbado, a gente teve que explicar que esse dinheiro que vinha para os créditos de carbono não podia ser utilizado para construir hospital, não podia ser utilizado para construir rodovias, mas tinha que ser ligado ao fundo específico para que ele foi criado. E a partir dessa audiência, elencou-se uma série de projetos. Uma série de projetos, que a população junto com a administração pública elegeu, e estes projetos têm a implantação do viveiro, a implantação do (incompreensível), dentro do Parque Anhanguera, a implantação de um viveiro, a implantação da escola de Marcenaria, Centro de Triagem e Habitação de Animais Silvestres, Centro de Capacitação e Formação de (incompreensível) Ambiental. Que tinha um custo de 8 milhões, então lá no Parque Anhanguera, instalar-se-á uma Escola de Marcenaria, semelhante a essa de Itatiba. Instalação de coleta seletiva e dois ecopontos, próximo de dois milhões e quatrocentos. A instalação dos ecopontos. Pirituba e Perus. Ciclovía, que irá ligar no centro de Perus na... essa vila que fica na Anhanguera. Essa é a rodovia de acesso e o projeto que pretende se fazer. Organização do Córrego Bamburral. Que é o córrego que fica na favela do Bamburral, vizinha ao aterro. Essas são as visões da favela hoje. Esse é o que pretende se fazer, semelhante ao que foi feito no Recanto dos Humildes. Parque Linear Perus, que é exatamente no Rio Perus, você fazer obras de contenção de enchentes e adequação do parque Linear. Onde você tem essa situação hoje. Esse é o projeto que se



pretende fazer, ocupando melhor a área, com espaço de lazer, e também construindo lagoas de contenção, para evitar enchentes. Isso é que tem hoje e o que se pretende fazer. Também o Córrego Areião. Que é esse aqui. Se você fizer a intervenção no Córrego do Fogo, para poder exatamente, conter enchentes para não haver lá na frente. Essa é a situação lá do córrego do Fogo, como é que está hoje, e como é que se pretende fazer. As praças públicas, algumas já estão prontas, que era mais fácil se fazer, mas são oitenta e oito mil metros quadrados. E aí, cada pontinho desses são praças que foram feitas em áreas que a população elegeu lá, junto com a administração pública. Importante: custo do empreendimento – cinquenta e um milhões. No primeiro leilão rendeu trinta e quatro, no segundo trinta e nove, então já cobriu aqueles investimentos e ainda sobrou recursos para serem investidos, a posteriori. Espero ter esclarecido o que é a BIOGÁS. O Eduardo vai falar um pouquinho para os senhores agora, sobre o crédito de carbono em si, a metodologia, alguns detalhes mais relativos à burocracia da ONU, todas as nossas ações são particuladas com esse SVMA. Existem duas pessoas que o projeto elege, que são chamadas de focal point, uma, representante da BIOGÁS, que por coincidência sou eu, e outra, representante da prefeitura, que é o Secretário Eduardo Jorge. Então, todas as comunicações da ONU, tudo o que acontece, tem que ter a ciência dessas duas pessoas, para dar exatamente essa transparência, essa tranquilidade. Passo a palavra ao Eduardo, que vai poder esclarecer com muito mais galhardia.

**Eduardo Cardoso - ARCADIS:** Bom dia a todos, meu nome é Eduardo, eu sou engenheiro contratado pela BIOGÁS para gerenciar os créditos gerados no Bandeirantes e no São João. Nesse primeiro round aqui, muito do que o Deodoro já apresentou, do que é mudança do clima, o que vem sendo feito para combater a mudança do clima em termo de acordos internacionais, que culminou com o Protocolo de Kyoto. Com a meta de reduzir em 5% os níveis de emissão de gás de efeito-estufa, em carbono, em CO<sub>2</sub> equivalente entre o período 2008, 2012, e hoje, começa a se negociar o período pós-2012. As definições vão acontecer somente na COP - Conferência das Partes, do ano que vem. O protocolo, ele cria mecanismos de flexibilização, para que os países do anexo 1, que têm responsabilidade de reduzir emissão de gás de efeito estufa, auxiliam os países em desenvolvimento a atingir o desenvolvimento sustentável. Uma frase comprida, chata, mas que diz tudo. Um desses mecanismos é o mecanismo de desenvolvimento limpo, que é o que os projetos Bandeirantes e São João utilizam para poder conseguir receita adicional, com venda de crédito de carbono. O mecanismo de desenvolvimento limpo é através do desenvolvimento de projetos, que, ou reduzam a emissão de gás de efeito estufa, ou capturem gás de efeito estufa na atmosfera. Como o caso de projetos de reflorestamento e florestamento. E hoje, começa-se a estudar a possibilidade de usar campos de petróleo desativados, para fazer o estoque de CO<sub>2</sub>. Você captura o CO<sub>2</sub> na atmosfera, estoca, injeta em um campo de petróleo desativado, e ele fica lá. Projeto de destruição de gás de efeito estufa na fonte: existe sumidouro de geração de gás de efeito estufa: aterro sanitário, estação de tratamento de esgoto, processos químicos, processos industriais, onde esses gases são emitidos. O desenvolvedor do projeto desenvolvendo um sistema de capturar e destruir esse gás, ele também tem direito a crédito de carbono. Projeto de eficiência energética: que é você reduzir o consumo de energia elétrica, que existe emissão de carbono associada. E projetos de energia renovável, que essa, hoje, é a menina dos olhos do mecanismo de desenvolvimento limpo. Como funciona o mercado? Três passos básicos. Primeiro passo: identificar e desenvolver o projeto. Selecionar uma metodologia aprovada pela ONU, e explicar como essas reduções de emissões vão ser monitoradas. Passo 2: opinião de especialista é estranho. Mas é analisar a especialidade... ah, desculpe, a especialista é uma empresa de auditoria, um auditor internacional. Analisar a conformidade do projeto com aquela metodologia da ONU, e analisar a conformidade do plano de



monitoramento. Se aquele plano de monitoramento vai apresentar resultados reais e mensuráveis. E o passo 3: a comercialização. Depois de ter o crédito emitido, fazer a venda. O comércio de redução de emissão, dentro do Protocolo de Kyoto, funciona através de um pacto do anexo 1, realiza, que tem metas para reduzir, tem metas dentro do Protocolo de Kyoto, realiza investimento em países não-anexo 1, promove o desenvolvimento sustentável, em contrapartida esse país não-anexo 1 gera redução de emissão certificada, ou certificado de emissão reduzida. Que o país do anexo 1 vai usar para poder abater as metas do Protocolo de Kyoto. Dentro, agora, de toda a parte burocrática, o Delbim apresentou o projeto, como que ele foi instalado e como que ele começou a funcionar, mas como que ele gera o crédito? Desde a concepção do projeto até o carimbo final da ONU, principais atores envolvidos dentro de todo esse processo: um Conselho Executivo do MDM, que é quem dita as regras. Participante do projeto: BIOGÁS, prefeitura. Entidade operacional designada: é uma empresa de auditoria, especializada e acreditada pela ONU, para poder analisar o projeto e dar um parecer favorável ou desfavorável. E autoridade nacional designada: no Brasil, ela é uma comissão formada por 12 Ministérios, responsável por analisar todos os projetos, e dizer se esses projetos são voluntários, e se eles auxiliam o Brasil a atingir o desenvolvimento sustentável. Então, vamos dividir todo esse ciclo em duas fases: uma fase burocrática, e uma fase operacional. Começando da fase burocrática, primeiro ponto: desenvolver o PDD, traduzindo para o português, Documento de Concepção de Projetos. Esse documento tem que selecionar uma metodologia aprovada pelo Conselho Executivo do MDL. Cada tipo de projeto tem uma metodologia específica. O projeto de aterro tem um. O projeto de energia renovável tem outro. O projeto de energia renovável tem outro. Reflorestamento, processos químicos, processos industriais, cimenteira, cada uma tem uma metodologia específica. Ainda, apresentar qual que é a tecnologia que vai ser empregada no projeto. No aterro sanitário a tecnologia simples, é a substituição do sistema de ventilação passivo, aquelas tochas que queimam ao ar livre, por um sistema ativo de recuperação, bombas, e concentração da queima do metano em um ponto, nos flairs. Junto com a metodologia, estimar quanto de crédito que o projeto vai gerar. Explicar como o projeto vai reduzir as emissões relativas ao cenário de linha de base. Palavra chata: cenário de linha de base. A queima nas tochas, na superfície do aterro. Cenário do projeto: não é mais na superfície do aterro, é em um flair. Confirmar a adicionalidade: essa palavra é a palavra mais chata que tem, dentro de todo o processo. Reduzir emissões adicionais ao que (trecho incompreensível) na ausência do projeto, ou seja, dizer que o projeto só está sendo implantado por causa dos benefícios do crédito de carbono, e porque ele enfrentaria barreiras que evitariam a implantação. Fazendo uma análise financeira: valeria, seria mais interessante, para o participante do projeto aplicar o dinheiro em algum outro tipo de recurso, do que desenvolver o projeto. Porém, quando você coloca a receita adicional do crédito de carbono, aí passa a valer a pena investir no projeto. Definir período de crédito: a ONU dá duas alternativas, um período fixo de dez anos, para contabilizar os créditos, ou três períodos de sete anos. O Bandeirantes e o São João escolheram três períodos de sete anos. E essa aqui, que é a parte mais importante, para poder ter o crédito na mão: apresentar e detalhar o plano de monitoramento. O que vai ser monitorado? Qual a frequência? Como é que eu asseguro a qualidade e a garantia da informação que eu vou passar para o auditor? Como é que isso vai se transformar em crédito de carbono? Qual que é a conta? O que eu tenho que descontar de erro? Desenvolvido, feito esse PDD, vem a segunda etapa que é a etapa de validação. O projeto vai ser auditado. Uma empresa de auditoria, acreditada pela ONU, vai analisar todo o projeto, para saber se ele foi desenvolvido conforme a metodologia, conforme as exigências da ONU, se o plano de monitoramento é um plano de monitoramento crível, se o monitoramento vai me resultar em reduções de emissões reais. Essa empresa de auditoria, confirmando que



está tudo de acordo, ela emite um relatório de validação. Esse relatório de validação, junto com o documento de concepção de projetos e mais uma lista de documentos que têm que ser assinado pelos participantes do projeto, é encaminhado para a autoridade nacional designada. A autoridade nacional designada tem que ser de um país signatário, da Convenção das Nações Unidas e do Protocolo de Kyoto, e ela vai analisar todo o projeto. E chegar à conclusão de que o projeto é voluntário, essa palavra também é importante: eu não sou obrigado a fazer o projeto. Não existe nenhuma lei, ou licença ambiental, que me obrigue a capturar o gás do aterro e queimar em flair. Não existe nenhuma legislação que obrigue a geração de energia com gás de aterro. Para um outro tipo de projeto, eu não sou obrigado a fazer a troca de combustível, de óleo diesel por gás natural. Então é um projeto voluntário. E vai confirmar que o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável. Um dos documentos que tem que ser encaminhado para a AND no Brasil, é um que chama anexo 3. Onde são analisados cinco tópicos de contribuição do projeto: para a qualidade ambiental local, capacitação da mão-de-obra, geração de emprego, geração de renda e interação com outros setores. A autoridade nacional designada aprovando o projeto, a entidade operacional, a validadora, vai juntar a carta de aprovação, mais o relatório de validação, mais o documento de concepção do projeto, e submeter para a ONU. Para o projeto ser registrado. A ONU tem o prazo de 60 dias, a partir do momento que ela recebe, para poder analisar o projeto. Ela não levantando nenhum comentário, o projeto é registrado. E a partir dessa data, começa a contar o período de crédito. Depois de registrado é que começa o monitoramento para valer. Sempre seguindo o que foi apresentado no plano de monitoramento escrito no DCPE, no PDD. Rotinas variáveis, como tratar a informação, como eliminar erros, se por acaso, em algum dia, não foi feita uma leitura, como é que eu vou trabalhar essa leitura, para apresentar no meu relatório, sendo conservado. Princípio do Protocolo de Kyoto também é o conservadorismo. Vamos supor: monitora esse projeto por um ano. Todo aquele sistema de computador que o Delbim mostrou na tela, que tem vazão de gás, concentração de metano, temperatura da tocha, isso tem que ser monitorado continuamente, em sistema, preferencialmente, de computador, e vai virar um relatório de monitoramento. É com isso que vão ser feitos o cálculo de crédito de carbono. Como nada disso é simples, tem que passar por uma verificação. Uma outra empresa de auditoria diferente da que fez a validação, vai auditar o relatório de monitoramento. Vai auditar o monitoramento do projeto. Como ele foi feito? Ele está de acordo? Ele não está de acordo, ele foi legal? “Ah, não. Nesse dia em que perdeu a informação, ela não foi bem tratada”. Como tratar? A verificação: estando todos os parâmetros em conforme, todos os procedimentos em conformidade, é feito um relatório de verificação, que é emitido para a ONU de novo, que tem um período de 15 dias para analisar o meu relatório de monitoramento e o relatório de verificação, estando tudo ok, o crédito é emitido. Crédito na conta. E esse, essa fase é cíclica. Ou seja, a partir do momento em que forem emitidos os créditos, eu volto para o monitoramento de novo. Segue todas as etapas. Emite o crédito, volta para o monitoramento, de novo. Quem precisar de maiores informações, pode entrar em contato comigo, e-mail, telefone, sinal de fumaça, pombo-correio. Obrigado.

**Coordenadora Helena Magozo:** Queria agradecer ao Deodoro, à BIOGÁS, pedir para os expositores virem aqui para a frente, para responder a questões dos Conselheiros e do público presente.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Helena, com licença. Eu tenho uma outra reunião marcada, no mesmo horário, lá no CREA, uma reunião de acessibilidade. Eu te pediria que umas 1100, 11h30 eu pudesse me retirar, que eu estou tentando estar em dois lugares ao mesmo tempo. Se fosse possível a gente ter alguma inversão de pauta, que eu pudesse estar votando, se possível.



**Coordenadora Helena Magozo:** Tudo bem, Sérgio. Só para a gente não quebrar, aqui, a seqüência. Se fosse indispensável, a gente faria.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Muito obrigado.

**Coordenadora Helena Magozo:** Então vamos começar pelos conselheiros, para o público em geral, as questões para os expositores, por favor.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Bom dia. Delbim, vocês se basearam em dois estudos para ver a quantidade de gases capazes de gerar energia. Um falava em 13 megawatts, se não me engano, pela EPA, e o que vocês falaram terminou em 20 megawatts. Qual é a realidade disso?

**Antonio Carlos Delbim - BIOGÁS:** Na realidade, o primeiro estudo foi feito em 96, em 96, você tinha uma quantidade de resíduos depositados e um horizonte de funcionamento do aterro. Quando se verificou a efetiva contratação, nós já estávamos em 2002. Foi quando a Vandervil fez novos estudos. Então você teve, de 96 a 2002, seis anos a mais de deposição de lixo, e um novo horizonte de longevidade. E isso gerou uma nova curva. Teoricamente, a quantidade de gás gerada em função da quantidade de lixo depositado, é mais ou menos a mesma coisa. Você tem alguns fatores que influenciam nisso, que é o tipo de lixo, e as condições do meio: temperatura, umidade, então, isso é que varia um pouco se a tua curva vai ser mais pontuda, e mais curta, ou mais baixa e mais comprida. E aí, tem uma diferença já entre os projetos europeus e os projetos tropicalizados, vamos chamar assim. Os resíduos domiciliares, tanto da Europa quanto dos Estados Unidos, eles são muito menos orgânicos, degradáveis, muito menos resíduos de cozinha, de alimentação, do que o nosso. São mais podas de árvore, restos de jardins, e mais recicláveis. O nosso, nós temos uma quantidade de matéria orgânica muito grande, que gera biogás, rapidamente, em bastante quantidade. Mas é por isso que houve essa modificação. Por causa do tempo, o aumento, mas a relação era praticamente quase que a mesma.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** E esses 20 megawatts hoje, é real?

**Antonio Carlos Delbim - BIOGÁS:** Hoje nós estamos gerando próximos de 20 megawatts, porque, especificamente no Bandeirantes, nós estamos fazendo estudos de melhoria da capacidade de cobertura, dele. Então nós estamos abaixo da nossa meta, hoje, nós estamos em torno de dez mil metros cúbicos por hora, deveríamos entregar doze para o Unibanco, e poderíamos chegar aos dezoito. Pela nossa conta, deve ir para os dezoito. A gente já fez um teste, lá, no Bandeirantes, com dez mil metros quadrados de cobertura, os resultados são bastante satisfatórios. Agora a gente vai começar toda uma tratativa junto à CETESB, junto à Secretaria do Verde, e o LIMPURB para verificar o que pode ser feito, em termos de encerramento do aterro, e melhoria da cobertura, para você otimizar esse projeto.

**Conselheiro Sergio Costa:** Gostaria de parabenizar por esta bela apresentação, mais uma vez, eu me sinto honrado em ser munícipe da cidade de São Paulo, dado que, como o senhor colocou muito bem, nós somos referência internacional, nessa questão de créditos de carbono. E é curioso que muitas vezes eu converso no meio acadêmico, no meio dos engenheiros, e muita gente ainda desconhece esse mecanismo. Já escutou falar, mas não conhece o mecanismo a fundo. Então eu pediria aos senhores, se possível, um dia, eu o Marcos Moliterno, a gente se coloca à disposição, acho que posso falar em nome dele, para a gente levar lá no Instituto de Engenharia, uma apresentação dessas, nós mostrarmos dentro da Divisão de Engenharia Sanitária, acho que seria bastante esclarecedor aí, para todos os nossos engenheiros. E lhe fazer uma pergunta: até agora, falamos apenas de aterro, que é uma fase confortável de lidar, dado que todo esse gás está coletado e no mesmo local. O senhor vê novas possibilidades dentro da cidade de São Paulo, em termos comerciais, de nós podermos lidar com outro tipo de investimento, que não seja só aterro sanitário?



**Antonio Carlos Delbim - BIOGÁS:** Bom, primeiro, nos sentiremos muito honrados em fazer apresentação para o Instituto de Engenharia, aliás, essa é uma política da BIOGÁS, a gente sempre estará à disposição para poder mostrar o nosso trabalho. Com relação a potenciais, eu acho que até o Eduardo pode dar... existem vários projetos em andamento na cidade de São Paulo, com substituição de frota. É que quando se fala em crédito de carbono, você tem um complicômetro, vamos chamar assim, que são os monitoramentos. Esses projetos têm que estar muito bem monitorados, embasados, porque eles são muito auditados. Às vezes, um projeto que parece ser óbvio, mas se ele não tiver condições de você certificar e atestar quanto que você reduziu, se isso não vai ser adicionado lá na frente, ou seja, se não existe uma metodologia já certificada na ONU, é mais complicado. Porque você tem que apresentar essa nova metodologia, essa metodologia vai passar por todo um trâmite, eu acho que aí, o Eduardo pode até explicar melhor, e uma vez que ela for aprovada, ela pode ser implantada. E depois que ela for implantada, ela tem que passar por todos esses períodos de monitoramento.

**Eduardo Cardoso - ARCADIS:** É isso aí mesmo. Inclusive o edital da construção do corredor Celso Garcia já contém a possibilidade de crédito de carbono, pela troca de transporte de passageiro. Tirar carro da rua e colocar dentro de um corredor rápido de ônibus. Mas projetos de eficiência energética, troca de iluminação da rua, troca de combustível da frota de ônibus da cidade, mais linha de metrô, a possibilidade é grande, mas ela vai ter o problema do monitoramento. Especificamente nessa parte de transporte, o monitoramento.

**Conselheira Maria Lúcia Camargo:** Bom dia. Em qualquer um desses projetos poderia, então, ter uma possibilidade de captação de crédito de carbono? E o problema é o monitoramento?

**Eduardo Cardoso - ARCADIS:** Para esse específico do corredor Celso Garcia, sim. Mas se a prefeitura incentivar as empresas de ônibus a trocar a frota de diesel por biodiesel, por exemplo, acho que eu já vi alguns caminhões circulando com biodiesel, tem a possibilidade. Você está usando 20% de um combustível renovável, deixando de emitir o equivalente a 20% de diesel.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Eu tenho uma pergunta relativa aos outros aterros sanitários, especificamente Santo Amaro, eu entendo que Santo Amaro, a vida útil dele se esgotou, mas ele ainda continua gerando metano. A sua curva de decaimento, vamos dizer, é longa, ao longo de vários anos. Esse metano sendo gerado neste específico Santo Amaro, não poderia ser aproveitado, então, para a geração, não de energia elétrica, mas sim de crédito de carbono?

**Eduardo Cardoso - ARCADIS:** Delbim, pode me corrigir se eu estiver errado. Mas eu acredito que o problema no Santo Amaro é o ponto da curva onde a gente está hoje. Não justifica construir um sistema de geração de energia que sai muito caro. Não sei nem se o sistema de flair compensa.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Pois é. Esta é a pergunta. Não precisaríamos ter, lá, um sistema de geração de energia, mas, sim, somente a queima, através de flair, não compensaria? Nesse caso então nós teríamos um custo só de flair...

**Antonio Carlos Delbim - BIOGÁS:** Infelizmente, não é bem assim. Já em 96 a curva de custo-benefício, até pelas incertezas que tinha na época, já não era possível. O que acontece? Hoje, para você certificar qualquer projeto, você gasta pelo menos, acho que, uns duzentos mil dólares. Só para registrar na ONU, você gasta 200 mil dólares. Hoje, um projeto de captura, que são flair, mais os compressores, tubulação, para um megawatt, vamos falar assim, para um metro cúbico por hora, você teria aí, mais ou menos, um milhão de dólares. Foi o que a gente investiu. Para 20 megawatts, 20 milhões de dólares. E você vai ter o tempo de vida útil, já vai ser muito menor do que os outros, que têm hoje. Então economicamente, já não é viável, para você fazer um projeto de MDL ali. Eu acredito que você utilizar esse gás com alguma utilização



específica no local, pode até ser estudado. Gerar vapor, gerar alguma coisa que seja utilizado no entorno, que tenha simplesmente um benefício local. Mas especificamente para MDL, eu acredito que já esteja fora do custo-benefício.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Eu também acredito. Mas eu estava pensando em geração de créditos de carbono. Não estou pensando em geração de mais nada. (incompreensível) ...queima do metano remanescente, nesse... no aterro sanitário de Santo Amaro, não poderia ser viável, somente para isso, para obtenção de créditos de carbono?

**Antonio Carlos Delbim - BIOGÁS:** Eu acredito que não.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Acredita que não?

**Antonio Carlos Delbim - BIOGÁS:** Acredito que não. Porque se nós pensarmos em 96, Santo Amaro não recebeu mais nada de 96 a 2008. São 12 anos. Nós temos praticamente, 80, 85% do gás, ele é gerado nos primeiros oito anos. Oito a nove anos. É por isso que a gente tem que tirar o chapéu para a prefeitura de o São Paulo. Por quê? Porque projetos, com toda a incerteza que havia em 2000, 2001, o projeto andou, se efetivou. Eu posso elencar com vocês, dez aterros que as administrações, ainda, estão estudando se vão concessionar, se vão fazer, se vão chamar, para quem que vão dar. E está lá. Você pega o exemplo do aterro de Campinas, do Delta, o Delta já está fechado a quase cinco anos. E está lá. O aterro de Jundiaí, nós fomos visitados por várias pessoas, o pessoal do Rio Grande do Sul, vem: "Nossa, projeto maravilhoso". Mas não consegue. A administração interior não consegue efetivar. E a prefeitura de São Paulo conseguiu. Montou-se uma concorrência, foi, apanhou, botou a cara, fez, mas está aí. Recebeu setenta milhões de reais, que não iam vir de lugar nenhum. Que poderia ter não recebido nada. Podia ter recebido cem? Podia. Como não também não ter recebido nada.

**Eduardo Cardoso - ARCADIS:** Eu queria acrescentar que tem que passar por um processo licitatório, como eu coloquei na minha apresentação, e não houve interesse. Se não houve interesse, a gente já... certo que havia as incertezas da época, novamente foi licitado, inclusive o Santo Amaro, acho que, o Vila Albertina também, um outro aterro, recente, de fechamento recente, e não houve procura pelo edital. Não houve procura pela licitação. Aí, como fazer? Esse é o único método que a gente tem para a coisa acontecer. É pela licitação. Então se traduz mais ou menos o que ele falou. Não há interesse econômico no investimento.

**Conselheira Zania Gouveia:** Acho que esta pergunta é para a Secretaria, foram definidos em projeto a aplicação de cinquenta e um milhões, os recursos de crédito de carbono. Tem um excedente de vinte dois milhões que têm já alguma definição, da forma e da aplicação desse recurso?

**Coordenadora Helena Magozo:** Zania, quando da audiência pública, foi apresentada uma listagem de projetos, que até, eu acho que, foi colocado pela BIOGÁS, no final da apresentação, que superava os trinta milhões do primeiro leilão. Então a idéia era, já se prevendo os outros leilões. Na verdade, o que se tem definido, no momento, é aquela tabela. Aquela tabela indicativa de Perus.

**Conselheira Zania Gouveia:** 51 milhões.

**Coordenadora Helena Magozo:** Isso. Houve a audiência pública na área de São Mateus, e nessa audiência pública, o Conselho Regional de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz, de São Mateus, apresentou um elenco de possíveis aplicações para o recurso. Esse elenco está sendo conversado com o Setor de Planejamento da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, e deve gerar um elenco mais definitivo, de aplicações na região leste. Então efetivamente, o que nós temos até o momento, é aquela planilha de Perus, que foi aprovada, e a execução é determinada pela aptidão para a licitação. Quer dizer, a cronologia disso, é a cronologia de estar apto para a licitação. No caso de São Mateus, foi apresentado pelo Conselho Regional de Meio Ambiente, então já foi o primeiro produto do Conselho





Regional, de Meio Ambiente da subprefeitura de São Mateus, isso vai ser cotejado com a COPLAN, o Setor de Planejamento da Secretaria, e vai gerar uma planilha mais definitiva, que deve ser apresentada de novo em audiência pública.

**Conselheira Zania Gouveia:** E existe espaço para colocar nesse rol de projetos, o desenvolvimento desses projetos teóricos, de metodologia, para ser aprovado pela ONU? Como ele mencionou, projetos na área de transportes?

**Coordenadora Helena Magozo:** Por resolução de CONFEMA, quer dizer, isso é uma outra questão. Mas aqui, dos recursos mesmo, advindos de leilão, ficou para aplicações diretas nas áreas que mais sofreram o impacto desses dois aterros. Então foi o que foi resolvido aqui no... Na verdade, é isso.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Nessa lista de projetos prioritários que vão ser encaminhados, eu sempre reitero isso, os conselheiros vão poder palpar ou não?

**Coordenadora Helena Magozo:** Sempre palpitam, por que o que acontece? Aquela listagem que foi apresentada na audiência pública, veio aqui e vocês reiteraram. Como eu falei, aquela que foi apresentada foi pelo Conselho. Ainda está passando por um cotejamento com a COPLAN, e tendo a lista da audiência, antes passa aqui, isso inevitavelmente, e desejável.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Obrigado.

**Coordenadora Helena Magozo:** Eu queria agradecer muito a presença do Deodoro, da BIOGÁS, eu acho que deu para a gente ter uma visão da complexidade, do que vem a ser um credenciamento em MDL, a questão do ineditismo dessa iniciativa e dessa possibilidade, tanto por parte da iniciativa privada, como também por parte da prefeitura. Porque, depois, teve a questão do leilão, porque parece que, para se realizar esse leilão, vocês imaginam, para poder viabilizar esse leilão, depois que estava acreditado, e que deve ter sido meio simultânea, também não foi assim, simples. Quer dizer, envolveu toda uma série de procedimentos, definições e vontades políticas. Senão não teria acontecido.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Eu gostaria de fazer uma pergunta também à Secretaria, os projetos que passariam, eventualmente, pelo Conselho, que são esses projetos menores, de ONGs situadas na região afetadas pelo lixo, eles teriam que vir através da prefeitura local, ou eles podem vir diretamente para o Conselho, como os outros projetos?

**Coordenadora Helena Magozo:** O que que aconteceu? Na verdade, a linha aberta para as entidades sem fins lucrativos, foi aberta nos editais mais gerais. Não foi aberta esta linha, dentro dos recursos de crédito de carbono. Ainda não houve. Todos os projetos apoiados pelos recursos de créditos de carbono, até o momento, foram públicos, governamentais. Tanto por parte da Secretaria do Verde, como da LIMPURB, da Coleta Seletiva, que ainda não foi efetivado, mas está previsto, como por parte das subprefeituras. Então não se abriu, dentro do edital de crédito de carbono, uma linhagem para as entidades. Que aí teria que ter a questão da apresentação dos projetos, e dentro de certo termo de referência e tal. Então, todos os projetos... Agora, nesse edital, por exemplo, os cinco de educação ambiental, nós tivemos um dos projetos aprovados, foi para o Parque Anhanguera. Tem esse recurso do próprio edital. Nada impediria que o recurso fosse, tendo sido aprovado, dos créditos de carbono. Mas tem recurso ainda disponível dentro do colocado para o edital. Do edital mais geral para a cidade toda, que inclusive Perus.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Agora, passando pela prefeitura, os projetos amplos, que se referem ao meio ambiente, e que, solicitando o crédito de carbono, aí é possível? Mesmo sendo entidades, de ONGs locais?

**Coordenadora Helena Magozo:** A gente não tem essa previsão. O que não impede...

**Conselheira Myrian Barcellos:** De a prefeitura trazer até nós, como nós aprovamos da prefeitura, o projeto.



**Coordenadora Helena Magozo:** Mas a gente sempre traz quando chegam das entidades. Quando chega através de um edital. Tem sido o formato. Que têm chegado aqui das entidades não governamentais, sem fins lucrativos. Se vocês tiverem alguma outra proposta, a gente pode estar estudando, mas o que saiu de nós, o que nós elencamos como estratégia, para as entidades não governamentais, foi via edital, sempre.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Porque a procura de projetos menores, em uma zona de uma pobreza muito grande, como no caso, por exemplo, da pergunta do nosso colega aqui, haveria a possibilidade de projetos menores, de aplicação direta. Isso seria interessante.

**Coordenadora Helena Magozo:** Por exemplo, Myrian, se for numa linha que não seja a educação ambiental, dos projetos menores. Fora isso, você precisa objetivar mais, eu acho que vamos trazer...

**Conselheira Myrian Barcellos:** Eu estou falando de modo genérico, porque eu tenho sido questionada a respeito.

**Coordenadora Helena Magozo:** Não. Mas se você tiver, quando a pessoa te perguntar, você fala assim, exatamente, isso a gente tem remetido um pouco a questão. Nós temos, por exemplo, na questão da Câmara Municipal, agora, foi colocado muito apoio à Agenda 21. E o que nós entendemos? Nós entendemos, assim, que dentro de uma linha de educação ambiental, a Agenda 21 estava contemplada no número 5. Tanto que tiveram algumas propostas apresentadas, relativas à Agenda 21. E às vezes, é projeto de intervenção. Então, caberia a uma entidade privada, sem licitação, fazer esse projeto. A gente precisa avaliar caso a caso. Eu pediria para você, sempre que trouxerem, que você diga assim: "mas que projeto você teria interesse de estar implementando?". Para que a gente possa estar discutindo, a partir de questões mais objetivas, mais reais, e se abrindo para discutir o que a realidade nos coloca. Eu acho que a gente tem abertura para estar discutindo qualquer demanda que os conselheiros ou que a sociedade nos trouxer. Mas é importante a gente trazer mais objetivamente, porque senão fica uma coisa muito (incompreensível), e não sabe, exatamente, o que essa entidade, por exemplo, ou o que essas entidades, teriam interesse em estar desenvolvendo. O que eu posso dizer é que na linha de educação ambiental, foi contemplado no edital número 5, o Perus, toda a cidade. Agora, se for outra linhagem, precisamos estudar se cabe, se não cabe, e nos abrir para pensar caso a caso.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Helena, pelo que eu entendi da pergunta da Myrian, quer dizer, nós não estaríamos como organização não governamental, entidade classista, trazendo um projeto dentro de um edital. Quer dizer, a proposta seria, nós trazermos um projeto de crédito de carbono, que fosse apresentado à Secretaria, sei lá, nos moldes do Celso Garcia. Feito por engenheiros, ou feito por arquitetos, não sei, mas que tivesse essa linha. Mas pelo que eu entendi, uma brincadeira dessas é no mínimo, duzentos mil dólares, então...

**Coordenadora Helena Magozo:** Na verdade, o FEMA, entra em uma fase posterior. Ele entra quando já se gerou crédito, viabilizou através do leilão, aí entra o recurso, daí é lógico que a gente não quer só bater o martelinho, a gente quer entender essa história toda. É muito interessante todo o contexto. Mas já é nessa fase que o FEMA entra. Esta possibilidade poderia ser pensada para a Secretaria, mas não seria especificamente o FEMA, que estaria discutindo essas metodologias e tal.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Então, mas aí é que está. Eu queria entender bem, porque como representante do Instituto e do CREA, tenho contato com N engenheiros. Quer dizer, já descobri que a brincadeira é cara. Não é para uma pessoa física e muito menos para uma entidade de classe pequena. Mas em todo o caso, é possível apresentar esse projeto dentro da Secretaria, a Secretaria amanhã, fazer uma análise



e montar todo esse arcabouço legislativo e administrativo, que foi montado com o aterro Bandeirantes?

**Coordenadora Helena Magozo:** Eu acho que a Secretaria se abre, sim, para ouvir a proposta. E a partir do que for colocado, ver como é que se posiciona em relação a isso, Sérgio. Isso com certeza. Agora, se vai ser viável ou não vai ser viável, a Secretaria vai ter essa estrutura, aí precisa resolver. Mas eu só queria deixar claro que o FEMA também já entra em uma fase a posteriori. Eu acho que a Myrian falou, foi de projetos menores não necessariamente de creditação de carbono, mas de intervenção, de implantação. Pelo que eu tinha entendido eram coisas diferentes, não sei.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Eu estou me baseando no projeto que nós aprovamos, acabamos de aprovar, para a prefeitura de Perus. Aquela das mudanças, ali, com a necessidade provocada pelas enchentes, que provocam...

**Coordenadora Helena Magozo:** Mas aquele ainda foi da subprefeitura de Perus.

**Conselheira Myrian Barcellos:** A minha pergunta foi exatamente esta. Talvez, eu não tenha expressado bem. Se esses grandes projetos, seriam grandes para uma determinada área e tal, levantasse por ONGs, ONGs ou então equipes de engenharia...

**Coordenadora Helena Magozo:** O problema é que a gente não pode...

**Conselheira Myrian Barcellos:** Eles teriam que obrigatoriamente passar através da prefeitura, e chegar até nós pela prefeitura? É isso?

**Coordenadora Helena Magozo:** Normalmente, vai envolver a questão de contrato, e é tudo licitação. Daí tem que ter uma licitação. Agora, por exemplo, a subprefeitura, para realizar, ou a Secretaria do Verde, para executar qualquer desses projetos aprovados, ela tem que fazer uma licitação. Porque envolve um contrato de obrigações, todas as regras contratuais. Então tem uma licitação. Então seria concorrer a licitações atinentes a esses projetos. É assim que eu entendo.

**Conselheira Myrian Barcellos:** São duas faixas de liberação. Separadas.

**Coordenadora Helena Magozo:** São, são. Não é deliberação. Daí é licitação mesmo. Dentro da lei das licitações. Aqui, só é aprovado. Agora, para executar, precisa passar por um processo licitatório normal, tradicional, mesmo.

**Conselheira Myrian Barcellos:** No caso do escritório do plano urbanístico do escritório do professor Cândido Malta Campos, que foi, inclusive, apresentado aqui, esse projeto concorre, ele vai ser pago com os créditos de carbono?

**Coordenadora Helena Magozo:** Sim, pela subprefeitura de Perus, eu não tenho tanta proximidade, mas eles vieram aqui apresentar, mas eu imagino que deva ter sido por notória. Acho que no caso do plano de bairros, eu tenho a impressão que foi por notória, porque eu não ouvi... são situações específicas.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Notório saber, você quer dizer?

**Coordenadora Helena Magozo:** Eu acho que sim. Que foi por notório saber. Não foi licitação.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Mas ele vai ser financiado, vai ser financiado?

**Coordenadora Helena Magozo:** Já foi contratado pelo recurso do FEMA. Foi apresentado aqui, nessa condição.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Ah, porque a apresentação aqui não se falou nisso.

**Coordenadora Helena Magozo:** Mas ele foi chamado, por que a origem, por que ele veio aqui? Ele veio aqui, porque ele foi apresentado em uma tabela dentre os projetos que receberiam os recursos dos créditos de carbono em Perus. Aí é que na época, o conselheiro de SEMPLA falou: "olha, gostaria...", ele na audiência pública também, ele ouviu a apresentação do projeto, ele estava na audiência pública, e ele falou: "Eu gostaria de conhecer melhor o projeto de plano de bairro de Perus". A fonte foi essa, foi a audiência pública em Perus.



**Conselheira Myrian Barcellos:** Nesse caso, quem assina a liberação? Somos nós, os Conselheiros?

**Coordenadora Helena Magozo:** Quem assina a liberação é a subprefeitura. Passou por aqui, no rol dos projetos aprovados para serem financiados pelo FEMA. Todos os projetos passam pelo CONFEMA.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Eles foram aprovados em bloco? Eu não me lembro.

**Coordenadora Helena Magozo:** Aquela relação dos projetos de Perus.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Helena, com licença, eu preciso me ausentar, é com tristeza, mas não tem jeito. Lá vou eu para outra reunião. Muito obrigado a todos. Obrigado.

**Coordenadora Helena Magozo:** Mais alguma questão?

**Edison Araújo – Agenda 21 Pirituba/ Jaraguá:** Bom dia a todos. Meu nome é Edison, eu participo da Agenda 21, Pirituba, Jaraguá, e eu vejo na nossa região, que a questão da educação ambiental, acho que é algo primordial, que as pessoas não estão se apercebendo do que está acontecendo. Às vezes, elas ficam todas perdidas: “O que é crédito de carbono? O que é isso, o que é aquecimento global?”. E falta informações para as pessoas. Eu vejo, hoje, eu estou fazendo estágio de pedagogia, e vou nas creches, nas escolas, e falta para os professores. Acho que cabe à própria Secretaria do Verde e Meio Ambiente, à Secretaria Municipal de Educação, estar incentivando, observando a lei de educação ambiental, que vem do Governo Federal, para que seja aplicada nas escolas, de maneiras mais efetivas, para que nós possamos ter resultados. Eu estive em duas audiências lá no crédito de carbono de Perus, eu participo da Agenda 21 de Perus também, e é muito significativo. E as pessoas estão brigando lá em Perus, justamente, para que se construa um hospital. E como o seu Antonio falou, o engenheiro falou, que esse recurso não é para se construir hospital. Não é para se construir vias públicas. Agora, a população não quer saber disso. A população quer, realmente, um hospital. E eu pergunto para vocês: como é que fica? Vai haver até embate. Eu não sou muito de falar, mas eu fiz questão de vir falar, como eu venho acompanhando na região, a questão é que a população está muito insatisfeita, como pleiteá-la?

**Coordenadora Helena Magozo:** Edison, eu acho muito importante a sua questão e a sua participação. Porque, realmente, acho que qualquer de nós, que participa das audiências públicas ou tem os contatos diretos com a população, percebe essa questão. Quer dizer, é uma população que tem muitas carências. E é essa questão da saúde, da educação, tem uma, vamos dizer, uma percepção mais aguçada dessa necessidade, do que a questão ambiental. Apesar da questão ambiental ter uma interface grande com as questões de saúde, qualidade de vida, educação e tal. O que o Secretário Eduardo Jorge sempre coloca é o seguinte: se você for pensar em termos amplos, ambientais, vamos dizer, não tinha nada que impediria você falar: “Olha, saúde, educação também fazem parte de um contexto maior e tem interferências na questão ambiental”. Mas o que acontece, é que tanto a educação como a saúde têm um recurso garantido por constituição e carimbado. É relevante, quase 50% do orçamento municipal, por lei, é da educação e é da saúde. O que acontece na audiência? Assim, (incompreensível) da audiência, nós mandamos o texto, mandamos as demandas para os secretários da educação e da saúde, para que eles saibam que a demanda da população é legítima, existe, e tem que ser atendida. O que a gente espera, é que a gente ajude com isso. E as questões ambientais, elas são importantes e têm que ser cumpridas até por questão mesmo do Protocolo de Kyoto, e todas essas questões que a gente colocou. O que a gente espera, é que, sempre, essas questões possam também, ser atendidas. E que haja uma pressão. Que até essas audiências públicas que dizem: “Ó, não pode ser de saúde e educação nesse momento”, levem para as pastas respectivas para a população ser atendida. Quer dizer, a gente acha que o papel nosso, nesse momento, tem sido isso. Eu acho que mais para frente,



pode até ser rediscutido, mas, hoje, tem sido essa a estratégia da Secretaria de não desconsiderar, em absoluto, a demanda da população, mas entender que ela tem os focos, os fóruns para ser atendida e ajudar, levar isso, e deixar claro que essa questão está sendo colocada. E que para a população, essas questões são fundamentais de serem atendidas.

**Edison Araújo – Agenda 21 Pirituba/ Jaraguá:** A região de Perus, ela está sofrendo um processo acho que da questão que são áreas irregulares. Então, talvez seja uma dificuldade até de implantar alguns projetos na região. E como os dois candidatos que ficaram no segundo turno, o compromisso deles, foram de hospitais não sei para que região, para que região, como a população de Perus cresceu demasiadamente, Pirituba, Jaraguá, e não está sendo contemplado com alguns estabelecimentos públicos. E cabe então uma ação pública, da prefeitura mais efetiva, da subprefeitura, tanto de Perus quanto de Pirituba, para que se haja a implantação de um hospital. Acho que a própria população, ela não briga por isso. Porque a verba da saúde e da educação já é destinada para isso. Agora, que cabe também à população brigar, não simplesmente brigar por uma fatia que é tão pequena, do crédito de carbono, sabendo-se que a fatia da educação e da saúde é muito maior. Então eles estão preocupados com uma coisa muito pequena. E o grande problema nosso, hoje, é ambiental, e que a Secretaria que sempre teve recursos, que foi a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, e hoje está sendo contemplada e as pessoas não estão se apercebendo da questão ambiental, da degradação. A nossa região, pegando a região de Pirituba e Perus, é a região que tem mais áreas verdes na cidade de São Paulo, é a região que tem mais parques na cidade de São Paulo. Então o pessoal está invadindo, tem as áreas de mananciais, a questão de defesa das águas, então o pessoal está deixando correr solto. E isso acaba prejudicando a todos.

**Coordenadora Helena Magozo:** É, mas a Secretaria não está deixando correr solto.

**Edison Araújo – Agenda 21 Pirituba/ Jaraguá:** Deixando correr solto, porque se acaba invadindo e é difícil você fiscalizar tudo isso. A fiscalização é difícil.

**Coordenadora Helena Magozo:** O que eu posso clarear é isso, até de forma indireta, eu acho que tanto as duas áreas citadas têm ouvido mais fortemente a demanda da população. Mas às vezes, não é porque há descontentamento, que a gente tenha uma possibilidade mágica de estar resolvendo isso. Nós temos os nossos limites nesse atendimento.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Em relação ao que acabou de falar o representante de Pirituba, com muito acerto, com muita compreensão do problema. Ele falou das áreas verdes, que é uma das regiões que tem mais áreas verdes, vazios, vamos dizer, vazios urbanos. E para surpresa nossa, das pessoas que estão atentas com a otimização pública, em relação a esses vazios, a impressão que se tem, é que essas administrações fizeram uma varredura com o Google, desses vazios de São Paulo, e já apresentam, antes que a população reclame alguma coisa, apresentam já uma edificação, uma proposta, como essa. Que inclusive, o prefeito eleito, reeleito, vem apresentando, que é de utilizar um vazio urbano, Pirituba, ao lado de um campo campestre, para estar oferecendo, inclusive, na própria campanha, para que se faça um novo Anhembi e um estacionamento para 50 mil carros. O que a população daquela região vai ganhar com isso? Aí eles oferecem: “Ah, já empregos”. Como, empregos? Os empregos são específicos. Eles vão ter, quando muito, um emprego temporário para levantar a obra. Quer dizer, isso é um abuso da administração pública. Eu quero deixar aqui, meu protesto. E acho que a gente tem que ter olhos para isso. Um olhar para isso. Um olhar humanitário, um olhar pensando na população, principalmente aquela que sofreu tanto com o lixo, durante tantos anos.

**Coordenadora Helena Magozo:** Então, eu queria agradecer a presença da BIOGÁS, Deodoro. Muito obrigada. Seguindo a ordem do dia, nós vamos passar para a análise e deliberação, sobre a solicitação de prorrogação de prazo, para o projeto: Manejo e



Conservação do Bugio, da Divisão de Fauna do Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** O projeto dos Bugios, ele é um projeto desenvolvido pela Divisão Veterinária, aqui da Secretaria. Para os Conselheiros novos, que foram empossados recentemente, é um projeto que já vem sendo desenvolvido há cerca de dois anos, mais ou menos, e é um projeto que tem tido o acompanhamento dos Conselheiros, até inclusive, o Conselheiro Sérgio visitou aqui a Divisão Veterinária, para conhecer mais de perto o projeto, porque ele ficou de acompanhar o desenvolvimento desse projeto. É um projeto que tem cumprido todas as suas metas, até então, até o momento. E houve algumas adequações durante o projeto. Dentre essas adequações, houve a aquisição de um material que era importado, que deveria ter sido comprado por licitação, mas que foi adquirido através de uma doação, de um evento que teve no, acho que aqui no parque, e aí, esse recurso, que estava destinado para a aquisição deste equipamento acabou sobrando dentro do orçamento do projeto. E, por conta disso, por conta até de uma demanda nova, de soltura de novos animais, a Divisão Veterinária formulou uma solicitação para o CONFEMA. Então são três parágrafos, eu vou ler aqui, rapidamente. “Solicitamos consulta ao CONFEMA da possibilidade de prorrogação do projeto Manejo e Conservação do Bugio, na região metropolitana de São Paulo, aprimorando o programa de reintrodução, por um prazo de seis meses, tendo em vista que continuamos o monitoramento dos animais soltos, e que temos outros grupos de Bugios, em vias de soltura. Considerando que do valor destinado ainda há um saldo a ser gasto, entendemos não haver necessidade de aporte financeiro. Entretanto, solicitamos a possibilidade de remanejar o saldo existente para outras necessidades do projeto, além da aquisição do que ainda não foi licitado. Informamos que uma das necessidades seria a compra de uma filmadora que, inicialmente, não foi orçada no projeto, para registro das atividades de campo, registro de paisagem, de comportamento animal e etc. Para análise posterior em atividades de educação com a população local. Esclarecemos que os registros, até então realizados, foram feitos com uma filmadora de uma técnica, que se encontra quebrada. Faltam ainda, as aquisições de alguns livros, impressão de cartilha, e estimamos em 6 mil reais o valor das estadias, pois o processo foi para o pagamento em SVMA e não retornou. Em anexo seguem algumas planilhas de controle de gastos”. Então de um projeto que, inicialmente, estava orçado em noventa e oito mil, cento e vinte três reais e vinte um centavos, foi gasto, efetivamente, sessenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e dezessete centavos. E há um saldo de trinta e cinco mil, oitocentos e um reais e quatro centavos. Esse saldo é o que a Divisão Veterinária, da divisão de fauna da Secretaria, está pedindo para remanejar, para adequar os gastos ao projeto, e uma prorrogação de seis meses para que se possa fazer a soltura desses animais, que chegaram posteriormente. Essa planilha foi passada para vocês, foi repassada aos conselheiros, eu imagino que vocês já tenham visto, fica aberto se há algum questionamento. Nós temos duas representantes da Divisão de Fauna da Secretaria, que poderá esclarecer melhor, caso haja alguma dúvida. Perguntas? Dona Myrian, por favor.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Eu me recordo muito bem dessa aprovação, foi uma sessão muito bonita, muito construtiva. Inclusive, resultou em uma repercussão de uma folha inteira nos jornais, é um trabalho realmente extraordinário, feito pelos nossos biólogos, especialistas, que poucas pessoas conhecem, que precisa ser, realmente, mais divulgado. Eu não posso votar, eu estou, aqui, como suplente, o conselheiro está aqui, mas o que eu posso fazer, estou fazendo, é lembrando da oportunidade em que aprovamos esse projeto. É um projeto de bugios, que inclusive, saem da Cantareira, expulsos pelos transtornos de barulho, que ficam machucados, pendurados nos fios, enfim. E eles são remanejados para as regiões que ainda tem



mata preservada, no próprio município. Para isso, eles precisam de todo um tratamento, de uma assistência, para depois poderem ser soltos em outra região de mata. O resultado é o “avanço do progresso” na Cantareira Então, eu estou lembrando para que os conselheiros que chegaram depois, tenham uma idéia do que foi assinado por nós naquela ocasião.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** A minha dúvida foram a verba de seis mil reais para hospedagem, é isso? Talvez o pessoal da Secretaria possa dar uma luz, para a gente.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** A gente está com a diretora da Divisão de Fauna, a Vilma. Por favor, Vilma. Só ressaltando, dona Myrian, apesar do seu voto ser simbólico, mas é importante o resgate desse histórico, porque alguns conselheiros que não estavam, à época, é interessante ter esse resgate da história do projeto, até para que eles tenham um conhecimento mais aprofundado. Por favor, Vilma.

**Vilma Geraldi – DEPAVE 3:** Meu nome é Vilma Geraldi, em primeiro lugar agradeço a oportunidade de pedir a prorrogação do projeto, agradeço as suas palavras gentis, convido os conselheiros aqui presentes, se quiserem conhecer a Divisão, é questão de 50 metros, estamos abertos e seria um prazer recebê-los. Acho que o único Conselheiro que nos visitou foi o Sérgio, que se ausentou.

**Coordenadora Helena Magozo:** Ele se denomina padrinho do projeto.

**Vilma Geraldi – DEPAVE 3:** Realmente ficamos encantados com a repercussão. Na verdade, o bugio é um mote para a gente trabalhar a questão ambiental. Quando o pessoal de Pirituba diz da necessidade, o representante de educação ambiental, a gente trabalha com um animal, que funciona como se fosse um guarda-chuva, para aquela região, e a gente vai trabalhando com a população. A população que tem contato, a população que tem a soltura. E nesse caso, todos os animais que pela divisão, a gente colhe material biológico, sangue, fezes, urina, pêlo, pele, e vai para vários institutos de pesquisa, vai para o centro de controle de zoonoses, então a gente faz uma varredura em cima desses animais, do material biológico. Tem, assim, reflexo em saúde pública inclusive. E a gente está inserido dentro de um programa de saúde da COVISA de monitoramento, de vigilância ambiental, com esses animais. Então a gente acabou de mandar, na sexta-feira, um relatório, para o pessoal da Secretaria de Saúde. A gente até recebe uma verba como funcionário, uma verba da Saúde, de trabalhar com esses animais. E devo dizer que de todos os municípios do Brasil, São Paulo é o único município que tem esse trabalho com animal silvestre, com fauna silvestre do município. Esses seis mil reais, é o seguinte, a gente tem, desses noventa e oito mil que nos foram destinados, a gente conseguiu gastar, por que eu falo conseguiu? Porque nós estamos cerceados pela lei 8666, que é uma Lei Federal. Esses seis mil reais, foi muito difícil conseguir algum lugar naquele extremo sul de São Paulo, que pudesse hospedar os técnicos. Quando os técnicos vão para lá, para fazer monitoramento ou para prospectar uma nova área, ou para testar equipamento, vai e fica. Então, dia 27 foi feita uma soltura, então foi a Gê com uma equipe, um motorista, e fica lá. Sai 5:00 horas da manhã, está no mato, atrás de bugio, e volta 7:00 horas da noite. No dia seguinte, 5:00 horas, está de novo lá. E é muito difícil encontrar. Imagina que a gente precisa de três orçamentos diferentes, e que possam estar disponíveis, leva um lanche para trabalhar no meio do dia, comer durante o dia, e à noite serve um jantar e banho, cama. Esse valor de cinco, seis mil reais, é o valor que a gente estima para a conclusão do projeto. O equipamento que foi comprado, realmente, foi uma doação, por ser um material importado. Algumas coisas a gente teve que fazer, algumas adequações. Não foi só a BIOGÁS que teve que adequar no projeto. Como é um projeto pioneiro, a gente vai aprendendo, nós estamos num processo de aprendizado. E esse aprendizado não é só com relação aos animais. Então assim, mais de cento e vinte árvores já foram marcadas. E uma das coisas que a gente vai comprar pelo FEMA vai ser fita, porque a gente amarra na árvore uma fita X, de cada cor, e a fita não pode... é fita de cetim, as nossas árvores, lá, são todas coloridas,



porque, depois, o pessoal vai, colhe amostra, para fazer identificação pelo herbário. Outra dificuldade que a gente teve, como é que se paga o mateiro, quem que é o mateiro? O cara que conhece o mato, foi um ex-caçador, que a gente vai conhecendo, que conhece o grotão, que leva o pessoal e que... esse pessoal que está no campo, muitas vezes corre risco, sim. E o rapaz que vai, sobe na árvore, para colher amostra. Então a gente está conseguindo... fez um biólogo, um curso que está treinando, técnicos e alguns estagiários, então no fim de semana, no sábado, está lá cheio de veterinário, biólogo, agrônomo, de outras seções e divisões inclusive, aprendendo a subir na árvore, e lá em cima, dez, doze metros de altura, pegar um podão, um galho da árvore, fruta e flor, depois traz para cá, o herbário fica trabalhando de noite, no sábado, para pensar e depois fazer a... Então é um ganho, não só para a gente, mas é um ganho, em termos de meio ambiente, para a Secretaria. Outra coisa que a gente teve dificuldade, o equipamento que a gente comprou, a antena que é meio trambolhosa, que a gente queria rever essa antena, e a gente vai fazer uma incursão lá no centro da cidade, onde vendem esses equipamentos, que a gente vai ter que fazer uma adaptação dela, porque a ideal seria uma outra antena, americana, e que a gente não sabe se vende aqui, e é uma antena pequena. Porque você imagina andar com uma antena, tipo antena de televisão, no meio do mato, desce morro, sobe morro, cai na lama, afunda pé, e aí ela já está assim, meio despencando, mas a gente vai recuperar. Outro problema foi como colocar o rádio transmissor no pescoço ou no tornozelo, e aí, assim, você vai desenvolvendo. Você vai, põe aqui, ou vai, o cara corta, arranca fora. Aí você põe no tornozelo, o cara arranca. Aí a gente descobriu que tem um espaguete térmico que você esquenta, passa um fogueiro, ele gruda nas bolinhas, tem bugio que arranca. Então assim, tem todo um processo. A gente acha que esse valor é para conseguir ficar lá. A gente tem assim, nessa estadia, dá em torno de cinquenta, sessenta reais por cabeça, por pessoa que vai, e aí tem um motorista, normalmente vai um biólogo, um veterinário, precisa de três pessoas para monitorar, porque, você fica olhando para o bicho, de repente, o cara movimenta, então um tem que localizar, outro tem que amarrar a árvore que ele comeu, e outro tem que olhar para o chão, para poder andar. Então é uma coisa meio complicada. E nem sempre é tão fácil, ou o período do ano, é fácil para a gente soltar. Não dá para ficar soltando em junho, julho, maio. Porque é mês seco e tem pouca comida. Ele come folha. Então você tem que adequar o projeto, ao período de disponibilidade de alimentação, e adaptando tudo. Uma outra coisa que a gente não conseguiu fazer: parece incrível, a gente tem uns recintos aqui, de 2 por 2, de tela artística, com um perfil de ferro, que a gente tinha pensado, dois para receber bicho... No fim, eu consegui fazer o seguinte, fazer com um adiantamento bancário, com o pessoal da base, por quê? Por que eu não quis? Não, porque eu não consegui. Porque tudo que é serralheiro, danado, os caras não têm ou nota fiscal quando ele é menor, e quando a empresa é grande, ela sequer se dá ao trabalho de vir aqui, fazer orçamento. "Prefeitura? Vai pagar daqui a um mês?" Olha, o cara é muito educado, mas ele desaparece. E até tem um lado bom, porque a gente aprendeu que é assim, o recinto que a gente tem é para receber bicho, ficar um pouquinho aqui. Para fazer reabilitação, você tem que teria que ter uma área, sei lá, mil metros quadrados, com três, quatro árvores, cercada, com cerca eletrificada, aberta, para o bicho treinar, porque senão, a gente põe um bicho que não sabe subir em árvore. Então a gente está até mudando poleiro, aqui, interno. Parece maluco. Mas é mais ou menos o que acontece. Outra coisa que é complicada, é a prospecção de áreas. Muitas vezes a gente vai buscar área que possa receber o bicho. Qualquer área pode receber o bicho? Não. Têm áreas que a gente já trabalhou e que a gente mudou, desistiu. Por quê? Porque tem uma pressão antrópica. Então os técnicos estão trabalhando, de repente, passa caçador. Tem uma área de ocupação irregular, e que fica pressionando o dono dessa área, que normalmente, são áreas particulares. Eu vou falar uma coisa,





mas que eu acho que é importante, a gente tem que, em termos de São Paulo, Brasil, começar a pensar de se fazer um pagamento para serviço ambiental. Quer dizer, o sujeito, ele é obrigado a ter uma área preservada, ele é obrigado a por a cerca, ele não pode deixar cortar um coqueiro, ou uma palmeira, ele não pode deixar tirar uma bromélia, e o governo não faz nada. Entendeu? Tem área que a gente não pode mais trabalhar, porque tem uma pressão de ocupação irregular, fica inseguro, e não sei até que ponto isso não seria interessante de se começar a pensar. Não sei a legislação, acho que seria uma coisa... mas eu queria fazer esse registro aqui, que eu acho que é importante.

**Coordenadora Helena Magozo:** Aqui, no FEMA, a gente já está começando a pensar nisso, Vilma. Tanto que no edital das APAs, na justificativa, a gente entra com essa questão dos serviços ambientais. Quer dizer, da possibilidade da intervenção lá na área particular, pelo serviço ambiental, que ela presta para a cidade como um todo, na questão da vegetação, produção de água e tal. Agora, é uma questão que a gente precisa avançar mesmo, em termos de legislação. Porque se você entra no limite, assim, rígido, da legislação, nada pode. Então você precisa estar desenvolvendo mais isso.

**Vilma Geraldi – DEPAVE 3:** O que a gente observa, é que algumas pessoas, tem essa área, e é uma área assim, do coração, são áreas verdes significativas, o cara não quer que aquilo venha abaixo, por outro lado, ele fica amarrado, ele não tem dinheiro, por exemplo, para colocar cerca.

**Coordenadora Helena Magozo:** Ah, uma outra coisa, está sendo discutido, junto com a DUC, um edital para favorecer as RPPNs, quer dizer, como instrumento de estar possibilitando maior criação... Eu acho (incompreensível) você está falando do entendimento dos serviços ambientais que as RPPNs possam estar prestando.

**Vilma Geraldi – DEPAVE 3:** E uma outra coisa que gente falou e da filmadora, que não estava na (incompreensível) original. Na verdade, a filmadora era da Maria Eugênia, ela comprou pra registrar nossas coisas. Tudo o que a gente tem foi registrado com a filmadora dela, que quebrou. E qual a importância desse registro? É importante assim, que a gente está fazendo agora, um DVD... Ah, outra coisa, para fazer o DVD, então foram feitas... a empresa que se interesse, que caiba dentro daquele nosso orçamento, daquele valor que nós orçamos, que possa fazer esse DVD. Aí, claro que os caras grandes aí, vinte mil para fazer aquilo lá. Então a gente orçava cinco, seis mil. E aí, a Gê cedeu todas aquelas imagens que ela havia feito, e aí está sendo feito... a menina já foi, nessa última soltura do dia 27, então tem que caber tudo, onde que o cara tem conta, para poder receber da prefeitura. Aí a pessoa não tinha conta. “Pelo amor de Deus, abre uma conta no Bradesco, que a prefeitura só paga no Bradesco”. “Mas eu não quero abrir conta”. “Não, por favor...”. Você implora. Aí segundo, o cara abre, tal, se convence, faz o projeto, aí você leva, carrega, e tem que pagar estadia para a pessoa que vai fazer isso, e vai assim. Entendeu? Então não é nada simples. A hora que fizer isso, a gente vai fazer algumas coisas pequenas e trabalhar com as escolas da região. Então a gente produz um DVD, põe na escola, a escola trabalha. A gente já fez um trabalho com os indiozinhos, do núcleo Curucutú, que eles vieram aqui. A gente já fez trabalho nas áreas de soltura, em um fim de semana, na fazenda Castanheira, com a Tarde de Leitura, e no sítio e com a associação dos sitiantes, ali, em torno do Sítio Roda de Água. Então naquela região, eles são pessoas extremamente simples, embora alguns donos sejam pessoas de posse, a gente trabalha com o pessoal que está lá, que trabalha lá. Uma das áreas, o dono, vira e mexe, está no Canadá, ele sabe que está tendo soltura e liga, duas, três vezes por dia, para saber como é que está. Se precisa de alguma coisa. Mas a gente trabalha com o funcionário dele. E as outras áreas, a gente trabalha realmente com o pessoal que planta, o arrendatário que faz lá a plantação dele. Então isso é o caminho, e depois a gente vai trabalhando com o resto das crianças. Que eu acho que o



caminho mesmo é trabalhar na escola, escola pública. Mas a gente não vai ter pernas para isso. De alguma forma, talvez, capacitar os professores a exemplo do que a gente começou a fazer com a observação de águas. Eu acho que é isso aqui. Muito obrigada.

**Coordenadora Helena Magozo:** Alguma questão dos Conselheiros? Então vamos para a deliberação? Os Conselheiros que são favoráveis à mudança proposta do Projeto dos Bugios, apresentada pela Divisão de Veterinária e Fauna, permaneçam como estão. Então, por unanimidade foi aprovada a reformulação proposta. O Rubens vai colocar um outro pedido para a deliberação de vocês, um projeto aprovado na Vila Prudente.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Recentemente nós tivemos a aprovação dos projetos referentes ao edital número 5. Entre eles, teve um projeto do Movimento de Defesa do Favelado, que era o Fortalecimento do Grupo de Coleta Seletiva da Vila Prudente e Jardim Elba, na zona leste da cidade de São Paulo. Esse projeto foi apresentado e aprovado, em um valor de trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais, ou seja, bem abaixo do valor máximo por projeto, que era cem mil reais. No entanto, a entidade entrou em contato conosco essa semana e nos mandou um e-mail, eu pedi até que mandassem um e-mail para que colocasse aqui na reunião. Então, o e-mail que eles encaminharam é: "Conforme conversa por telefone, diante de uma falha técnica e humana, vimos que não foi incluso no projeto, os encargos sociais INSS, dos educadores de coordenação. Encargos de contribuinte e o patronal. Vimos, por meio deste, solicitar a avaliação da planilha, incluindo os encargos sociais. Os valores dos educadores e coordenação já são simbólicos. Se precisarmos descontar esses valores, eles serão prejudicados. Desde já, agradecemos". E eles mandaram uma planilha com a demonstração das despesas, que está aqui, vou circular entre os Conselheiros, então seria 20% de contribuição patronal, de INSS, e 11% de contribuição do contratado, também para o INSS. Em termos de valores, isso representa cinco mil quatrocentos e vinte cinco reais, que seria acrescido ao valor inicial do projeto. O projeto que era de trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais passou a ser um projeto de trinta e nove mil, novecentos e vinte reais. Segundo a informação, por telefone, isso não está escrito aqui, mas a entidade não tem recursos, é um movimento da favela local, de defesa do favelado, e eles colocaram que se não houver essa possibilidade, inviabiliza a execução do projeto. Então coloco, aqui, para a avaliação e deliberação dos Conselheiros, sobre a possibilidade de se incluir essa despesa, ainda que extemporânea, depois da aprovação do projeto, porém, como o projeto não atinge o limite máximo do financiamento, então existia a possibilidade, então eu trouxe para a pauta da reunião para deliberação dos Conselheiros.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Quantos funcionários são? E qual é a média de salário deles?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** O que eles colocaram aqui, seriam 5 educadores, a 500,00 cada um, daria R\$ 2.500,00. E a coordenação, que seria mil reais por mês de remuneração. Em termos de encargos, isso representa até o final do projeto, durante os meses de execução, somados daria cinco mil quatrocentos e vinte cinco reais, seria mil quinhentos e cinquenta reais do coordenador e três mil oitocentos e setenta e cinco dos educadores. São valores de encargos e que, normalmente, a ONG não tem de onde tirar, porque é uma despesa do projeto. Então ela não tem de onde tirar. Por isso que eu trouxe a pauta.

**Coordenadora Helena Magozo:** Então vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis à mudança proposta pela entidade - Movimento de Defesa do Favelado, permaneçam como estão. Então, por unanimidade foi aprovada a deliberação. Eu queria dar uma satisfação para vocês em relação à deliberação sobre regulamentação dos pedidos de reconsideração e de revisão das decisões do plenário



do CONFEMA. Como nós tivemos uma informação da assessoria jurídica, de que, a rigor, que a gente basicamente, apesar de não ter que seguir rigidamente, a gente segue os princípios da Lei 8.666. Como dentro da Lei 8.666 é dada, sempre, essa condição do recurso, que a gente está chamando de reconsideração, que não caberia a gente votar uma coisa que seria do direito do julgado, da entidade que é julgada. Então, seguindo a Lei, a gente atenderia quando a entidade pedisse para ser reconsiderada. Então ficou meio sem função aquela proposta de resolução que a gente teria trazido para vocês.

**Oradora não identificada:** Porque isso surgiu em função do edital anterior, que não tinha a etapa de reconsideração.

**Coordenadora Helena Magozo:** No edital nós não colocamos, seguindo os editais do Fundo e tal. Daí, surgiu um momento que eu perguntei assim, quando surgir uma questão, até de alguns conselheiros, que tinham colocado alguns questionamentos. Aí eu levei para o jurídico e falei: “Nós vamos deliberar, tem sentido deliberar sobre isso?”. Porque foi alguma informação, nesse meio de caminho, que nos veio, de que pela Lei 866, isso teria que ser colocado. Independente de estar ou não no edital.

**Oradora não identificada:** Perfeito. A dúvida que me surge é que, no edital em que não foi prevista essa etapa de revisão de recurso, vários projetos ficaram de fora, porque não tiveram essa possibilidade de...

**Coordenadora Helena Magozo:** Não, não. Todos tiveram essa possibilidade. Não está colocado no edital, mas todos que pediram...

**Oradora não identificada:** Eles só não sabem do direito que têm. A minha dúvida é a seguinte, partindo da informação do jurídico, de que isso é um direito legal. A minha dúvida é: eles não estão sendo lesados nesse direito e...

**Coordenadora Helena Magozo:** Não. Quando houve qualquer informação a esse respeito, até por isso que a gente queria definir melhor. Eles foram encaminhados, foram comunicados.

**Oradora não identificada:** Foram comunicados. Está ok.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Me causou estranheza, essa proposta de deliberação. Porque, principalmente, aqui, quando fala: “erro de fato ou de direito que incidiu o colegiado”. Eu acho que colocaria uma situação, inclusive, a pessoa que se diz lesada poderia abrir um processo. Pelo que eu estou entendendo, foi decidido não fazer nada.

**Coordenadora Helena Magozo:** É. É isso.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Seria minha dúvida, porque...

**Coordenadora Helena Magozo:** Porque o direito já está garantido. Então não vamos... Aquela questão de por unanimidade, quando... (incompreensível) podia questionar e falar: “olha, eu tenho meu direito, não foi por unanimidade, mas eu quero ser reconsiderado”. É nesse sentido que eu estou dando uma justificativa para vocês.

**Conselheira Myrian Barcellos:** É, eu entendia que realmente esse direito está implícito na própria Lei. Há sempre a possibilidade, não é?

**Coordenadora Helena Magozo:** Aconteceu a dúvida, por quê? Alguns editais, inclusive do Fundo, colocavam a não-possibilidade de recurso. Surgiu uma situação de fato, em que era pedido. E que a gente queria que isso estivesse regulamentado para, justamente, ser para todo mundo igual. Foi isso que a gente propôs para publicar, mas como houve essa informação, ficou meio vencida essa questão.

**Conselheira Myrian Barcellos:** Então está ótimo.

**Coordenadora Helena Magozo:** Mais alguma observação dos conselheiros? Eu queria agradecer a presença de todos e todas, e até a próxima reunião. Obrigada.

**EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO**

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA



**Presentes:**

Conselheira titular Zania Maria Matias Gouveia – Secretaria de Finanças  
Conselheiro titular Marcos Moliterno - Instituto de Engenharia  
Conselheiro titular Sergio Rogério Cesário Costa – Instituto de Engenharia  
Conselheira titular Maria Lucia Figueiredo Bueno Camargo - SEMPLA  
Conselheiro titular Luiz Ferrua Filho – SAJAPE  
Conselheira suplente Myrian Arantes Barcellos – Movimento Defesa São Paulo

**Presidente do CONFEMA**

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

**Coordenadora do CONFEMA**

Helena Maria de Campos Magozo

**Secretário Executivo**

Rubens Borges

**Convidados:**

Deodoro Antonio Oliveira Vaz – DECONT 11/ SVMA  
Antonio Carlos Delbim - BIOGÁS Energia Ambiental  
Eduardo Cardoso Filho – ARCADIS Tetraplan  
Juliana G. Justi - BIOGÁS Energia Ambiental  
Antonio F. F. Farias – Jd. Taipas  
Edison Araújo – Agenda 21 – Pirituba/Jaraguá  
Lucio Martins Laginha – SVMA  
Vilma Clarice Geraldi – DEPAVE 3  
Maria Eugênia Laurito Summa – DEPAVE 3  
Teresinha da Costa Pereira – DECONT/ SVMA  
Clara Miti Izumisawa - DECONT/ SVMA